

N. 01 . 2020

BOLETIM

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS

V. 87, N. 01.2020

Janeiro . Fevereiro . Março/2020

ISSN 2526-7442

V.87 ENTREVISTAS

Helena Silvestre

Ana Gualberto

Mukani Shanenawa

Nanda Rossi

Andréia Moassab

OBSERVATÓRIO
da diversidade
CULTURAL



Foto: Pedro Palhares. Monumento Mínimo. Roma, Itália. 2020

EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS

As obras artísticas retratadas nesse Boletim são de Néle Azevedo, que concedeu esta utilização gratuitamente. Néle é natural de Santos Dumont (MG) e atualmente vive e trabalha em São Paulo. É artista plástica e mestra em Artes visuais pela UNESP. Realiza uma série de ações efêmeras no espaço urbano em diversos países com as obras Monumento Mínimo e Estado de Suspensão. Website oficial <https://www.neleazevedo.com.br/>

Acompanhe o ODC

www.observatoriodadiversidade.org.br





**LEI ESTADUAL
DE INCENTIVO
À CULTURA**

CA: 2018.13609.0056

Patrocínio

USIMINAS U

Parceiros

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Instituto
USIMINAS U



Realização



**CULTURA E
TURISMO**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**

SUMÁRIO

- 11** DESCOLONIZANDO PERSPECTIVAS SOBRE A PRODUÇÃO DE SABERES E FAZERES: O PODER EM MOVIMENTO DAS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS
Ana Paula do Val, Flávia Landgraf e Jocastra Holanda
- 25** ZONA LIBERTÁRIA, FEMINISMO FAVELADO E ANCESTRALIDADE
Entrevista com Helena Silvestre
- 40** NA RUA, NO TERREIRO, NO QUILOMBO: MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO
Entrevista com Ana Gualberto
- 53** MULHERES INDÍGENAS, LIDERANÇA FEMININA E ANCESTRALIDADE
Entrevista com Mukani Shanenawa
- 62** BISSEXUALIDADE, RECONHECIMENTO E FEMINISMO
Entrevista com Nanda Rossi
- 71** PRODUÇÃO DO SENSÍVEL E DIREITO À CIDADE: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL FEMINISTA
Entrevista com Andréia Moassab
- 91** SOBRE A COORDENAÇÃO EDITORIAL DO BOLETIM
- 92** SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

EXPEDIENTE

O Boletim do **Observatório da Diversidade Cultural** (ODC) é uma publicação periódica, em que pesquisadores envolvidos com a temática da Diversidade Cultural refletem sobre a complexidade do tema em suas variadas vertentes.

BOLETIM OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Conselho Editorial

Giselle Dupin (Minc)
Giselle Lucena (UFAC)
Humberto Cunha (UNIFOR)
Luis A. Albornoz (UC3M)
Núbia Braga (UEMG)
Paulo Miguez (UFBA)

Coordenação Editorial

José Márcio Barros
Ana Paula do Val
Flavia Landgraf
Jocasta Holanda

Transcrições

Laura Rossetti

Revisão

Carolina Lima

Projeto Gráfico e Diagramação

Carolina Lima

Créditos das Imagens

Néle Azevedo, Pedro Palhares, Leo C., Edouard
Fraipont, Angela Barbour

Contato

boletim.odc@gmail.com

Capa

Foto:

Néle Azevedo. Monumento mínimo: arte como
emergência. São Paulo, Brasil. 2016.

Edição:

Carolina Lima

COMPOSIÇÃO INSTITUCIONAL

Diretora-presidente

Márcia Maria Pinto de Moura Barros

Diretora-administrativa

Dayse Lúcia de Oliveira Rodrigues

Diretor de Projetos

Henrique Gerken

Coordenador Geral

José Márcio Barros

Conselho Fiscal

Lucimar Ladeia Colen
Míriam Monteiro de Aguiar

EQUIPE ODC

Gestão de Projetos e Execução Orçamentária

Amanda Barros

Coordenação de Comunicação

Carolina Lima

Produção de Conteúdo

Raquel Utsch

Produção de Conteúdo e Pesquisa

José Oliveira Jr.

Assistência de Comunicação e Conteúdo

Laura Rossetti

EDITORIAL

A primeira edição do Boletim do Observatório da Diversidade Cultural em 2020 tem como tema central as **Epistemologias Feministas**. Em seu conjunto traz reflexões sobre as mulheres que buscam contribuir para a superação de narrativas únicas e universalistas, dominadas por uma gramática normativa de um mundo contemporâneo hegemônico, eurocêntrico, norte-centrado, branco, patriarcal, racista, capitalista, de Primeiro Mundo.

Busca contribuir para a visibilidade de outras formas de produção de conhecimentos, sensíveis às especificidades locais dos territórios, seus contextos socioculturais e, sobretudo, os seus protagonistas, os quais precisam ser analisados a partir de diversas clivagens, como gênero, raça, classe, etnias, dentre outros marcadores sociais, para não incorrer no erro de homogeneizar ou normatizar formas de conhecimento.

Descolonizar olhares aqui significa atentar para os lugares de fala da produção de conhecimentos e como estes se realizam também na prática cotidiana e nos territórios não institucionais, reinventados pela luta política, onde o saber brota da percepção da vida, da produção de sentidos e das subjetividades. Lugares de resistência e reinvenção do sistema-mundo capitalista.

Diante da pluralidade e complexidade de saberes e fazeres que estão postos à diversidade cultural, esta edição busca abordar as **Epistemologias Feministas** apresentando um caminho que procura descolonizar perspectivas sobre a produção de saberes e fazeres de mulheres e suas contribuições para as questões feministas nos seus campos de atuação, na produção de pensamento, na afirmação de identidades e nas suas práticas políticas libertárias. Pretende apresentar experiências que envolvem a produção de conhecimento e o protagonismo de mulheres que se dispuseram a dialogar sobre saberes e fazeres interseccionados por questões de gênero/sexualidade, raça/etnicidade, classe social, trabalho e território aqui neste Boletim.

O conteúdo do Boletim foi construído por meio de entrevistas com mulheres de diferentes campos, saberes e territórios, além de obras da artista **Néle Azevedo** – todas intimamente ligadas às suas práticas políticas e formas de ser e estar no mundo, desestabilizando assim a ainda existente hegemonia do patriarcado, do racismo, do machismo e da homofobia.

A arte de Néle Azevedo traz percepções sobre o feminismo cruzadas com uma crítica social ampla. Os antimonumentos da artista subvertem a ideia de algo grandioso, eterno, celebração oficial, e trazem o olhar para o efêmero, o anônimo e o cotidiano. As esculturas de gelo, além da literal crítica ambiental, representam pessoas que estão em posição vulnerável em diferentes esferas, numa homenagem dirigida aos corpos invisibilizados – podem ser mulheres, negros e negras, indígenas, trabalhadores e trabalhadoras, e todos aqueles que estão submetidos a opressões, desigualdades e segregação social. São muitas as percepções despertadas em cada um que é convidado a interagir com sua criação artística.

A edição é composta por um conjunto de seis textos. O primeiro, **“Descolonizando perspectivas sobre a produção de saberes e fazeres: o poder em movimento das epistemologias feministas”**, elaborado pelas editoras **Ana Paula do Val, Flávia Landgraf e Jocastra Holanda**, tem o objetivo de lastrear a discussão no contexto da diversidade cultural e apresentar um panorama sobre a pluralidade de epistemologias feministas e suas interseccionalidades.

Os textos seguintes apresentam cinco entrevistas. Na abertura, a breve narrativa sobre a própria trajetória – profissional, acadêmica, política e pessoal – dá as pistas e o tom do debate que seguirá. Por escolha das entrevistadas, quatro entrevistas foram respondidas por escrito e recebidas por e-mail, e em uma, realizada com a liderança indígena Mukani Shanenawa, as perguntas foram enviadas por escrito, via aplicativo de mensagem (Whatsapp), e as respostas obtidas por meio de áudios, que foram transcritos para este Boletim.

A entrevista de **Helena Silvestre, “Zona libertária, feminismo favelado e ancestralidade”**, abre um caminho para o conhecimento ancestral e comunitário feminino como tática de existir e resistir à

violência doméstica, ao feminicídio e ao descaso do Estado. Militante política nos Movimentos de Moradia e Movimentos Culturais das periferias, Helena também nos conta sobre a potência de experiências formativas feministas em territórios periféricos na cidade de São Paulo.

Ana Gualberto traz um retrato sobre a potência das mulheres negras em **“Na rua, no terreiro, no quilombo: mulheres negras em movimento”**. Carioca radicada em Salvador, Ana se dedica, há cerca de quatro décadas, à educação popular e às questões étnico-raciais. Também pesquisadora e candomblecista, ela nos fala sobre a importância da coletividade para o povo negro e da amplitude da luta das mulheres negras. Bebendo da herança de suas ancestrais, Ana Gualberto coloca em cheque os ensejos de quem hierarquiza opressões sociais e nos narra o movimento constante da busca por liberdade.

“Mulheres indígenas, liderança feminina e ancestralidade” apresenta os relatos de **Mukani Shanenawa**, Cacica e Pajé da aldeia Shane Kaya – aldeia composta em 90% por mulheres e localizada no município de Feijó, no Estado do Acre, na região Norte. Mukani fala diretamente da Floresta Amazônica sobre sua história, liderança feminina, ancestralidade, participação em espaços de militância política fora da aldeia e sobre a situação do povo Shanenawa nesse cenário de



pandemia.

A entrevista de **Nanda Rossi, “Bissexualidade, reconhecimento e feminismo”**, convoca um debate sobre a representação e o reconhecimento de mulheres bissexuais e o ganho no espaço político. Mineira e pesquisadora, Nanda fala da importância do olhar crítico às representações midiáticas e artísticas das experiências bissexuais e das amarras a que o pensamento binário sobre o mundo impõe. O apagamento da população bissexual e as especificidades da incidência do patriarcado em face à população LGBTQIA+ são narradas e articuladas por Nanda à necessidade de expansão das discussões para além da afirmação da identidade.

Para finalizar, a entrevista com **Andréia Moassab**, intitulada **“Produção do sensível e direito à cidade: por uma educação decolonial feminista”**, permite mergulhar em uma perspectiva de ensino decolonial, revelando, dentre outras assimetrias, as condições de visibilidade e o protagonismo das mulheres no campo crítico e projetivo da arquitetura e urbanismo, assim como a produção do sensível e de subjetividades nas artes. Além de tensionar a hegemonia colonial do imaginário de cidades que excluem os direitos e a representatividade das mulheres e outros gêneros em sua concepção. Paulista, atualmente residente em Foz do Iguaçu (Paraná), Andréia se dedica à crítica e ao ensino de Arquitetura e Urbanismo em uma perspectiva decolonial e feminista, como professora da Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA e à frente da presidência do Sesunila Seção Sindical dos Andes.

Ao compartilhar pensamentos e práticas sob a perspectiva plural das epistemologias feministas, o Boletim ODC espera dar visibilidade e fazer refletir a respeito de como tais conhecimentos e modos de fazer e compreender o mundo afetam a vida de todos nós.

Às entrevistadas e à artista que cedeu as imagens de suas obras, nossos sinceros agradecimentos.

A todos, todas e todxs, uma ótima leitura.

Ana Paula do Val, Flávia Landgraf, Jocastra Holanda e José Márcio Barros

Coordenação Editorial do Boletim ODC

Junho de 2020



Foto: Nêle Azevedo. Esculturas em ferro fundido. São Paulo, Brasil, 1998.

DESCOLONIZANDO PERSPECTIVAS SOBRE A PRODUÇÃO DE SABERES E FAZERES: O PODER EM MOVIMENTO DAS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS

Ana Paula do Val¹, Flávia Landgraf² e Jocastra Holanda³

A diversidade cultural: uma perspectiva sob a ótica de mulheres

A pauta da diversidade cultural emerge na contemporaneidade como um conceito jurídico, político e acadêmico no campo dos estudos e práticas sociais sobre identidades, culturas, criação, produção, saberes e fazeres, tensionado por disputas de narrativas, lugares de fala, territórios, direitos culturais, visões hegemônicas e contra-hegemônicas dos sistemas-mundos.

A importância da cultura como um direito a ser garantido nos marcos jurídicos da agenda internacional foi capitaneada, no pós-guerra, pelas Nações Unidas com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1945. Gerada “com o objetivo de garantir a paz por meio de cooperação intelectual entre as nações” (UNESCO, s/d), a UNESCO orienta sua atuação às áreas de fomento e promoção de ações e políticas de educação, ciências naturais, ciências humanas e sociais, cultura e comunicação e informação.

É sabida a notória importância da UNESCO e de marcos internacionais para a garantia, legitimação, reconhecimento, difusão e preservação da diversidade cultural enquanto um patrimônio universal e da humanidade. Além de suas contribuições na elaboração e aplicação de instrumentos normativos no âmbito cultural, salvaguarda do patrimônio cultural, na

1 Ana Paula do Val atua como gestora cultural, professora, pesquisadora, artista, arquiteta e urbanista e integra os grupos de pesquisas do Observatório da Diversidade Cultural e do Maloca. Mestra em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo, especialista em Políticas Públicas para América Latina Clacso e em Cultura e Comunicação pela Universidade Paris VIII. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Fundação Armando Álvares Penteado e em Artes Plásticas pela Schule Belletristik.

2 Flávia Landgraf atua com produção e gestão cultural e em pesquisas no campo das políticas culturais. e integra os grupos de pesquisas do Observatório da Diversidade Cultural. Mestra em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia, especialista em Gestão de Projetos Culturais e graduada em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo.

3 Jocastra Holanda atua como produtora cultural na Universidade Federal do Ceará e integra o grupo de pesquisa do Observatório da Diversidade Cultural. É Mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Gestão e Políticas Culturais pela Universitat de Girona e Observatório Itaú Cultural.

proteção e estímulo à diversidade cultural, bem como no fomento ao pluralismo e ao diálogo entre as culturas e nações.

A pauta da diversidade cultural, no que tange seus instrumentos normativos, passou a ter espaço mais consequente na agenda da UNESCO no final dos anos de 1990, quando mobilizou uma extensa discussão global. Os tensionamentos giravam em torno da exploração de mercados culturais sem limitações e fronteiras e, em contraponto, aos países poderem adotar medidas protecionistas a fim de preservar a diversidade cultural em suas nações (SMIERS, 2014⁴, p.125 apud KAUARK, 2017).

De forma sintética, a UNESCO foi responsável pela produção de diversos instrumentos legais internacionais de caráter vinculante, envolvendo quatro áreas que compõem o campo do que a agência nomeia como diversidade criadora: patrimônio cultural e natural, patrimônio cultural material, imaterial e criatividade contemporânea. Os resultados mais concretos da agência nesta mediação global foi a elaboração de sete convenções discutidas e pactuadas com seus países signatários.

Vale destacar que a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais de 2005 é a convenção mais ligada ao patrimônio, e que tem maior foco na diversidade das expressões culturais (CONVENÇÃO Ratificada Brasil, p. 21). Entretanto, não podemos deixar de salientar que a Convenção acaba por priorizar seus esforços em incidir no campo da diversidade cultural pelos seus aspectos econômicos. Contudo, é importante que se faça uma distinção entre a Declaração Universal da Diversidade Cultural, de 2001, e a Convenção de 2005, pois, como apontou Anthony Krause, chefe da unidade de pesquisa e políticas do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Cultural, em entrevista para Kauark:

"[...] o importante é diferenciar a Declaração sobre a Diversidade Cultural e a Convenção sobre a Diversidade das Expressões Culturais. Porque as pessoas fazem sempre a confusão e é muito importante fazer a distinção porque quando falamos sobre a Declaração, as pessoas imediatamente pensam: direitos culturais, direitos da comunidade, língua indígena, a diversidade linguística ou o diálogo intercultural... A Convenção não tem nada a ver com todas estas questões, estamos a falar da diversidade das expressões culturais então, na verdade a Convenção trata de bens e serviços culturais e é por isso que precisamos destacar (KAUARK, 2017, p.6 [tradução])."

4 SMIERS, Joost. Diversidade cultural como um conceito político: oportunidade e falha. (... e ainda alguma esperança se você desglobalizar um pouco). In: MIGUEZ, Paulo, BARROS, José Márcio, KAUARK, Giuliana (orgs.). **Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 125-145. (Capítulo de Livro)

Embora os debates relativos às questões de gênero e ao direito das mulheres estivessem presentes em outros âmbitos da Organização das Nações Unidas, o texto da Convenção⁵ pouco versa sobre esses temas. Contemplado por duas vezes na redação – na abertura da Convenção e no Art.7^{o6} – o enunciado “mulheres” é acionado para veicular a cultura como fator de melhoria da condição da mulher e como estratégia de sua participação na cadeia de produção artística e cultural. Além disso, o termo mulheres universaliza questões que precisam ser particularizadas. É preciso que se considere os contextos territoriais, socioeconômicos, de raça e etnia, de acesso a serviços e meios de produção, entre outras clivagens, para se pensar quem são estas mulheres do enunciado da Convenção. São muitas mulheres, assim como a pauta de gênero é muito mais ampla e complexa – ressaltando que as mulheres não são as únicas protagonistas desta chave –, sendo assim é de extrema importância que se visibilize essas diversidades que a pauta envolve. Assim, nos parece importante que estas especificidades estejam nos nortes que a Convenção deva perseguir, caso contrário muitas mulheres continuarão invisíveis e dominadas por visões hegemônicas.

Saindo do campo discursivo dos documentos normativos, e pensando nas ações e contribuições da Convenção na prática, as pautas de gênero e mesmo aquelas referentes somente às mulheres ainda se mostram incipientes. É a própria UNESCO quem referenda esta avaliação no capítulo “Igualdade de gênero: ausente na prática”, de Ammu Joseph, publicado no Relatório Global “Re Pensar as Políticas Culturais”, de 2018, a partir de relatórios quadrienais⁷ produzidos pelos países signatários da Convenção. A autora aponta que houve avanços. Contudo, a inclusão das mulheres no contexto da circulação de bens e serviços culturais e o direito à mobilidade

5 Enfatizando a importância da cultura para a coesão social em geral, e, em particular, o seu potencial para a melhoria da condição da mulher e de seu papel na sociedade. (CONVENÇÃO, 2005)

6 Art -7o : Medidas para a promoção das expressões culturais:

(...)

a) criar, produzir, difundir, distribuir suas próprias expressões culturais, e a elas ter acesso, conferindo a devida atenção às circunstâncias e necessidades especiais da mulher, assim como dos diversos grupos sociais, incluindo as pessoas pertencentes às minorias e povos indígenas.” (CONVENÇÃO, 2005)

7 Relatórios Periódicos Quadrienais (RPQ) apresentados pelas Partes (procedimento aprovado pela Conferência das Partes da Convenção em 2011).

artística ainda estão ligados aos circuitos mais hegemônicos onde predominam os cânones das expressões contemporâneas das artes e da cultura, com estreitas relações com as indústrias culturais, criativas e de tecnologias digitais. Sendo em grande medida laureados representantes da “diversidade nacional”.

Esse Boletim se alinha aos esforços para **descolonizar o campo de discussão da diversidade cultural** e, neste sentido, reconhecer que as acepções sobre diversidade cultural são múltiplas e complementares e que estão atravessadas por contextos territoriais clivados por marcadores de raça, gênero, classe social, liberdades e acesso à democracia. Para tanto, adotamos uma perspectiva que contemple as diversas formas de produção de conhecimentos e subjetividades, para que possamos contrapor este imaginário de hegemonia colonial, ocidentalizada e de Primeiro Mundo, ao qual os países, sobretudo do sul global, estão submetidos.

Descolonizar a diversidade cultural passa por reconhecer e incorporar as diversas produções de conhecimento sobre o mundo, que chamamos aqui de Epistemologias. Para tanto, esse processo tem provocado o deslocamento dos centros para as fronteiras - ou para as margens, no sentido proposto por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes. Deslocamento este que tem incidido duplamente no sentido de produzir desestabilizações e rupturas teóricas e práticas - tendo entre seus pressupostos básicos a problematização da concepção essencialista de sujeito universal - e no reconhecimento da diferença como postura epistemológica. Desta maneira, o campo de debate da diversidade cultural pode ser também um espaço de promoção da pluralidade epistêmica. O reconhecimento da diversidade cultural, a qual, no limite, trata também de uma diversidade ontológica, se revela também na possibilidade de compreender a multiplicidade de formas de ser e estar no mundo e, portanto, a diversidade epistemológica que nele habita (KAUARK, 2017; MENEZES, SANTOS, 2009).

É importante, portanto, que as discussões sobre a diversidade cultural levem em conta o papel da produção de conhecimentos a partir de protagonistas e práticas culturais diversas, múltiplas e plurais em contextos distintos. Uma das linhas que argumenta a urgência dessa abertura, especificamente quanto à produção modos de fazer e compreender o

mundo, é a das Epistemologias Feministas, tema dessa edição do Boletim.

O poder em movimento das epistemologias feministas

As Epistemologias Feministas vêm se construindo como um campo de pesquisa voltado ao estudo sobre a incidência das questões de gênero na estruturação de concepções acerca do conhecimento. A raiz da palavra Epistemologia é grega. Vem de *episteme*, conhecimento, e *logos*, estudo. Em outros termos, seria a teoria do conhecimento, ou o campo filosófico que se ocupa de estudar o conhecimento, nas suas mais diversas áreas, do que este consiste, quais seus métodos e como justificá-lo. Refletida sob a ótica feminista, a epistemologia – como bem colocado por nossa entrevistada neste Boletim, **Helena Silvestre** – “é uma palavra sofisticada para uma necessidade urgente que é a de evidenciar que produzimos diferentes modos de pensar tão relevantes quanto os modos que se reconhecem como ciência, conhecimento, sistematização”.

Ao evidenciar os diferentes modos de pensar, sem hierarquizações e igualmente relevantes a outros, como afirmou Silvestre, as Epistemologias Feministas desafiam o modelo “clássico” de produção científica e questionam os conceitos centrais que pautaram as discussões gnosiológicas e orientaram o ideal de cientificidade, como os conceitos de razão e objetividade.

É também papel das Epistemologias Feministas a denúncia acerca do sexismo e do machismo presentes nas relações de poder que constituem o campo científico. São demonstrados como mecanismos e conceitos que permeiam a definição de ciência e do fazer científico – metodologias, procedimentos de pesquisa – excluem as mulheres. Ou seja, parte-se da leitura de que o modelo a partir do qual a produção dos saberes foi desenvolvido tem um duplo papel: epistêmico e político. Político na medida em que reforça que o lugar (das margens) da mulher é no lar, na família, na esfera privada, sendo essas práticas consideradas como inferiores e menos valorizadas em relação às práticas masculinas. E epistêmico ao fundar-se na acepção de que o meio de expressão das mulheres é restrito ao domínio do afeto, dos sentimentos, das emoções e da subjetividade, em contraposição à suposta objetividade e racionalidade científicas. Em

síntese, reforça um lugar de inferioridade física e cognitiva das mulheres, referendando às relações de dominação a que foram submetidas ao longo da história. Pensar em Epistemologias Feministas é, assim, um jeito de pensar o mundo a partir de um olhar que entenda que fomos construídos de uma maneira estruturalmente desigual.

A publicação *Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações* (2017), de Patrícia Ketzer, por exemplo, analisa a história do fazer científico e identifica maneiras pelas quais práticas de justificação, aquisição e atribuição do conhecimento colocaram as mulheres em desvantagens sistemáticas, e entendê-las é essencial para que possamos avançar. Afinal, ao evidenciarmos que o modo de produção de saberes e os padrões de normatividade científicas foram construídos a partir de um caráter particularista, ideológico, sexista, profundamente racista, concluímos que as supostas noções de objetividade e neutralidade são falsamente imparciais. Esse é um dos principais trunfos da crítica feminista, a demonstração de que “o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença”, como aponta Margareth Rago (1998, p.4). Nessa lógica, o sujeito da produção de conhecimento, pretensamente universal, em verdade é associado à identidade de um homem, branco, cisgênero, heterossexual, de Primeiro Mundo. A conquista de espaço e reconhecimento por aquelas e aqueles que escapam a esse modelo de referência implica em caminhos mais longos e tortuosos.

Portanto, é na luta pela emancipação, “na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contradiscurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento” (RAGO, 1998, p.7-8). Assim emerge a crítica à exclusão das mulheres do processo de produção do conhecimento e o deslocamento epistêmico que promove a inclusão dos temas sobre/com mulheres. Um espaço em que falem de si, em que possam contar suas histórias, suas práticas sociais e experiências, e tensionar criticamente as relações opressivas e desiguais a que estão submetidas. Espaço, este, fundamental para as transformações teóricas e práticas em curso. Como, por exemplo, aquele que vem sendo trilhado por **Andréia Moassab**, nossa entrevistada, como docente da UNILA.

“Uma primeira questão fundamental para ampliar a visibilidade das mulheres na arquitetura é, a meu ver, aumentar maciçamente o repertório dos e das estudantes sobre arquitetas mulheres. Defendo que é altamente necessário, ademais, a inclusão de uma perspectiva feminista em arquitetura por expandir as possibilidades de um desenho de espaço e de território mais inclusivos para mulheres, crianças, idosos/as e, digamos assim, dos “corpos desviantes”, todos aqueles refutados pelo capitalismo e o desenho espacial a ele atrelado”.

Logo, pensar em Epistemologias Feministas é assumir que produzir conhecimento é necessariamente fazer política em contraposição ao interesse dominante e hegemônico. Alinhado ao feminismo que busca transformações nas estruturas sociais reprodutoras de desigualdades, esse Boletim refuta possíveis compreensões reformistas do feminismo, que argumentam o feminismo como um estilo de vida, ou que enfatizam somente a igualdade de gênero. A fala de **Nanda Rossi**, nossa entrevistada que dialoga sobre as interfaces entre os feminismos e a militância bissexual, retrata sua percepção acerca da relevância em estar atenta a estas múltiplas frentes:

“Hoje também percebo a necessidade de expandir nossas discussões para além da afirmação da identidade (...). Acredito que a crítica ao capitalismo, ao sistema binário de gênero e sexualidade, à heteronormatividade, ao cissexismo, ao racismo e outras conformações devem ser sempre lembradas.”

A militância histórica de mulheres negras, mulheres periféricas, mulheres do Terceiro Mundo, mulheres indígenas, mulheres de sexualidades dissidentes, *daquelxs* que refutam a categorização de gênero binária, e tantas outras, apontam para a importância em não se reproduzir sistemas de opressão dentro do campo dos feminismos. As críticas a respeito de um feminismo essencialista, que não incorpora entre suas pautas questões que derivam de outras clivagens sociais como a de raça, de classe, aquelas referentes à orientação sexual ou mesmo o pensamento binário e suas repercussões na construção da compreensão de gênero. O olhar interseccional para as diversas clivagens – raça, etnia, gênero, sexualidade, classe social –, é, portanto, indispensável para que as experiências das mulheres e as dinâmicas de exclusão e privilégios sejam apuradas com profundidade, complexidade e pluralidade nas teorias e práticas epistemológicas.

As reflexões, histórias e experiências contadas por cada uma das mulheres entrevistadas nesta publicação evidenciam parte dessas interseccionalidades e diversidades de visões, modos de ser, agir e interagir no e com o mundo. Também visibilizam como suas histórias individuais são conectadas, de algum modo, a lutas coletivas, sendo todas perpassadas pela necessidade comum e urgente de construir solidariedades na luta política pelo fim das exclusões, opressões e violências.

Considerando que as Epistemologias Feministas se definem como um campo - com temas, sujeitos, objetos e questões - e uma forma de produção do conhecimento, seria interessante, por fim, pontuar questionamentos importantes, mas também polêmicos, que algumas teóricas têm levantado: existiria uma maneira feminina de repensar a atividade filosófica? Como pensar metodologias alternativas na perspectiva das Epistemologias Feministas?

Evidentemente esse texto será insuficiente para se debruçar e abranger as particularidades teóricas e metodológicas, então, nosso interesse aqui é trazer à luz dessa discussão, com o risco das lacunas, apenas algumas das abordagens e possíveis caminhos em construção de metodologias e procedimentos epistemológicos feministas.

A maneira pela qual se estabelece a relação sujeito e objeto do conhecimento, na perspectiva crítica das Epistemologias Feministas, coloca em xeque o critério objetivista, racional e neutro da epistemologia hegemônica. Como explica Janyne Sattler, professora de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁸, há a proposição de uma abordagem de “sujeito situado” e “conhecimento situado” com os marcadores de gênero. A “situação” em questão significa considerar as determinações dadas sobre o indivíduo: “determinações contextuais, históricas, temporais, culturais, linguísticas, políticas, éticas, sexuais, étnicas, relacionais, interacionais, subjetivas, intuitivas, emocionais”. Nesse aspecto, as Epistemologias Feministas são como uma espécie de epistemologia social, pois nelas, “a análise dos processos (de acesso, expressão, padrões de justificação e de autoridade epistêmica) do conhecimento reclama a consideração das atribuições sociais tanto quanto subjetivas de identidade,

8 SATTLER, Janyne. **Epistemologia Feminista**. s/d. Disponível em <<https://ppgd.ufsc.br/files/2019/05/Epistemologia-Feminista-texto-para-leitura-pr%C3%A9via.pdf>> Acesso em 16 maio 2020.

pertença, relacionamentos, papéis e deveres sociais, e a maneira como estas acabam distribuindo direitos e poderes” (SATTLER, s/d, p.7).

Nesse sentido, é possível também observar que as teorias feministas incorporam um olhar para o sujeito de maneira a compreendê-lo dinamicamente, em associação às implicações culturais, e inserido em campos complexos em que se dão relações sociais, sexuais, étnico-raciais etc. Assim, o feminismo delinea “um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade” (RAGO, 1998, p.11). Estar no coração do mundo pode ser um território polêmico e não isento de tensionamentos epistemológicos, mas, sem dúvida, também revela possibilidades de rupturas libertárias, assim como é o feminismo.

Esse processo de conhecimento construído por indivíduos em interação pede o reconhecimento das próprias relações de dominação e poder nela presentes, e da adoção de uma perspectiva que evidencie as desigualdades e divisões existentes numa sociedade. Tal entendimento permite, por exemplo, o questionamento e ruptura dos modelos dicotômicos de leitura do mundo (mente/corpo, razão/emoção).

Os sujeitos do conhecimento também não são exclusivamente as mulheres, podem ser homens ou mesmo a própria comunidade. Ainda que possa ser controversa essa questão, Kertzer (1998, p.105) afirma que “tanto homens quanto mulheres podem realizar pesquisa a partir de uma abordagem feminista”. A autora argumenta que o aspecto primordial a ser observado é “o que na prática possibilita a modificação das problemáticas que a Epistemologia Feminista levanta, acerca de uma produção do conhecimento androcêntrica”. Agrega a essa perspectiva a provocação de bell hooks (2018, p.130) ao dizer que mesmo que todas as mulheres do mundo se tornem feministas, “se os homens permanecerem sexistas, nossa vida ainda será desvalorizada”. É nesse tom que hooks, em *O feminismo é pra todo mundo: políticas arrebatadoras* afirma: “é urgente que homens levantem a bandeira do feminismo e desafiem o patriarcado. A segurança e a continuidade da vida no planeta exige a conversão feminista dos homens”.

Quanto à “epistemologia socializada”, Sattler (s/d, p.17) vai dizer que o “sujeito do conhecimento pode ser a própria comunidade”, isto

é, coletivos “ou grupos humanos específicos”. Também relacionando às entrevistas que integram este Boletim, embora não tenhamos a fala coletiva de um grupo ou coletivo organizado por mulheres, trazemos aqui a experiência e narrativa da Cacica e Pajé **Mukani**, cuja fala é marcada pela representatividade coletiva da sua comunidade, os Shanenawa – um povo produtor de saberes, fazeres e conhecimentos ancestrais.

A proposição, enfim, é mirar as Epistemologias Feministas como campo de investigação aberto a uma pluralidade de visões metodológicas que são consideradas cooperativas e não dicotômicas ou excludentes:

(...) uma investigação sobre métodos alternativos de análise e discurso epistemológico e científico em direção a compreensões do mundo que possam ser não quantitativas, não competitivas e não meramente argumentativas, mas mais holísticas, mais narrativas, sintéticas, intuitivas e imaginativas e mesmo amorosas – de cuja legitimação depende o reconhecimento de estilos cognitivos plurais em conjunção com as diferentes visões de mundo, crenças e saberes daí resultantes. (SATTLER, s/d, p.10)

A pluralidade metodológica é uma característica inerente e genuína de um campo que está aberto e em construção, tendo em vista também que os feminismos e, portanto, as epistemologias feministas são necessariamente plurais.

Reconhecer outro estilo cognitivo é o que faz nossa entrevistada **Ana Gualberto**, quando responde acerca de sua escolha metodológica para a sua dissertação, por exemplo. Ana explica ter usado o mesmo formato, tanto para citação direta da bibliografia, quanto para os depoimentos das quilombolas entrevistadas na sua pesquisa de campo, por considerar “que as palavras destas mulheres têm valor de referencial teórico, tendo em vista seus posicionamentos e seus acúmulos” (GUALBERTO, 2018).

Pensar em Epistemologias Feministas é, duplamente, pensar criticamente acerca das bases da produção de conhecimento que se pretendia universal, válida, neutra, incontestável, e buscar contribuir para a construção de novas e potentes teorias e práticas de produção de conhecimento a partir da diferença, que ampliem a perspectiva de como se vê e constrói o mundo e a si mesmo. Sobretudo, que pense a partir dos/as excluídos/as e dos/as invisibilizados/as – negros, indígenas, quilombolas, favelados, camponeses, LGBTQI+, mulheres –, é mais que fundamental, é urgente.

O que fazemos está sempre fundamentado em um sistema de pensamento. Seja conscientemente, quando explicamos as razões para nossas ações, ou não, quando realizamos alguma ação sem, necessariamente, refletir sobre os motivos disso, há teorias que balizam nossa maneira de estar no mundo. Este Boletim nasce do desejo de engrossarmos o fluxo dos rios que documentam o trabalho essencial de produção de modos de fazer e pensar feministas.

Feministas não simplesmente por advirem de mulheres. Como nos lembra bell hooks (2018, p.217), “ser membro de um grupo explorado não torna ninguém mais inclinado a resistir”. Feministas por serem experiências que agregam a escolha por questionar o sexismo e as opressões, a busca por conhecer os sistemas sociais que institucionalizam e estruturam as formas de dominação, e a ação cotidiana e política que contribui para um mundo mais horizontal, menos injusto, mais livre.

Dentre o muito que essas entrevistas nos oferecem, elas também guardam testemunhos da beleza e do impacto construtivo do feminismo. Elas narram o caminho de mulheres na identificação das repercussões do pensamento sexista em suas vidas. E aqui falamos das opressões a que estão sujeitas, mas também na busca da autotransformação. Afinal, como ilustra Manuela D’Ávila: o patriarcado é como uma piscina, alguns estão só com o pezinho nela, outros, se afogando. Infelizmente, no nosso processo de socialização somos ensinados a naturalizar a dominação masculina e a ver indivíduos sob a ótica sexista. Enxergar isso, lutar contra as estruturas que alimentam essa dominação, confrontar o sexismo internalizado, reelaborar crenças e mudar atitudes, são caminhos trilhados a cada dia.

Assim como não há só um feminismo, não há um caminho único para ele. Pessoas de diferentes origens, com diferentes experiências, que se identificam de maneiras diferentes, dialogam com diferentes feminismos. São muitos os contornos. Neste Boletim temos representantes de alguns deles. Mas todas elas partilham uma ideia que associa o feminismo à uma luta por direitos. Sobre mulheres terem direitos iguais. Sobre, para isso, reconhecer que existem outros fatores, para além do gênero, que incidem sobre a posição social das mulheres. E que reconhecer os privilégios e as desigualdades é o primeiro passo na construção de relações mais justas e enraizadas numa ética de interdependência e mutualidade. Elas também

partilham da valorização de uma prática feminista que seja inclusiva, que fale fácil sem ser simplista, que atribua valor ao trabalho que cria e cuida, que constrói conhecimento e que o compartilha.

No Brasil de hoje, em que representantes políticos alcançam eleitores com discursos que distorcem a realidade e equiparam o feminismo ao machismo, é urgente criarmos oportunidades para que cada vez mais pessoas se aproximem dos feminismos reais. Para que vejam que o feminismo trata de amor, respeito e liberdade: de amor próprio, do respeito à diferença e do anseio por criar uma sociedade em que as pessoas tenham liberdade de sonhar e de buscar ser o que desejam.

REFERÊNCIAS

GUALBERTO, Ana. **Identidades e Direitos** – Mulheres Lideranças dos Quilombos de Barroso e Jetimana, Camamu/BA. Dissertação Mestrado Pós-Cultura, Universidade Federal da Bahia, IHAC, Salvador, 2018.

HOOKS, bell. **O Feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. (recurso digital)

KAUARK, Giuliana. Decolonizar a diversidade cultural: Outras interpretações possíveis sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. **RELACult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V. 03, ed. especial, dez., artigo no 573, 2017.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Revista de Filosofia Argumentos**, ano 9, n. 18 – Fortaleza, jul./dez. 2017

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, J.; GROSSI, M.(orgs.) – **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres,1998.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra: CES, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES, 2009.

SATTLER, Janyne. **Epistemologia Feminista**. s/d. Disponível em <<https://ppgd.ufsc.br/files/2019/05/Epistemologia-Feminista-texto-para-leitura-pr%C3%A9via.pdf>> Acesso em: 16 maio 2020.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais**. Paris, 2005.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais**. Texto Oficial Ratificado pelo Brasil pelo Decreto Legislativo 485/2006. Paris, 2006.

UNESCO. **Declaração sobre a Diversidade Cultural**. Paris, 2001.

UNESCO. **Re|Pensar as políticas culturais: criatividade para o desenvolvimento 2018**; relatório global da Convenção de 2005. – Brasília: UNESCO, 2018.

UNESCO. **UNESCO**: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. ONU Brasil, s/d. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>. Acesso em: 15 abril de 2020.



Foto: Nêle Azevedo. Escultura em bronze fundido. Rio de Janeiro, Brasil, 1999.

HELENA

Como todo mundo, a história das coisas que faço é um pouco a história de mim mesma, então acho que essa trajetória na política, no ativismo, na arte e no feminismo são pedaços da história de como cheguei até aqui e até hoje. Então, eu trago para cá alguns outros pedaços sem os quais a prosa fica descompensada e eu pareceria mais uma pessoa inventada – que sempre foi do jeito que a gente vê – do que quem sou de verdade em todas as contradições aqui dentro. Agradeço pela porta aberta para compartilhar esses pedaços, eles me deixam mais perto de tanta gente que eu gosto e que poderei gostar um dia se se aproximarem dos círculos onde ajudo a fazer mormaço com a minha presença e ação.

Helena Silvestre^()*

(*)Helena Silvestre é escritora, militante política nos Movimentos de Moradia e Movimentos Culturais das periferias. Editora da Revista Amazonas e Fundadora da Escola Feminista Abya Yala no extremo sul da cidade de São Paulo.

ZONA LIBERTÁRIA, FEMINISMO FAVELADO E ANCESTRALIDADE

Helena Silvestre

Boletim ODC: Nos conte sobre sua trajetória. Militante em movimentos de moradia e de cultura, escritora, educadora popular, feminista favelada e tantas outras faces das suas atuações: como se forma esse mosaico desses pedaços da sua história?

Helena Silvestre: Eu comecei na militância muito cedo. Acho mesmo que comecei antes de compreender completamente (se é que exista esse momento) o que significava isso. Eu tinha uma curiosidade muito grande pelas coisas desconhecidas, eu tinha sempre uma raiva muito forte a qualquer injustiça e eu achava que a minha língua afiada era um advogado dos fracos. Minha família sempre foi muito pobre, muito pobre mesmo, muito numerosa, muito nordestina, muitas vezes humilhada e, ao mesmo tempo, muito alegre, muito forte, muito solidária. A minha avó materna – que é talvez a minha primeira e maior influência e referência – era tão maluca que levava pessoas que encontrava pedindo nas ruas para casa. Ela fazia a pessoa tomar banho, dava umas roupas usadas de alguém, dava comida e depois a mandava embora, dizendo que meus tios iam brigar com ela e que, por isso, ela não podia convidar a pessoa para morar lá.

Éramos, como disse, muito numerosos e muito pobres e, mesmo assim, a minha avó sempre achava um jeito de enfiar mais alguém naquele bololô. Na casa sempre morou algum agregado ou agregada – quando não mais de um e simultaneamente.

A minha avó é de uma cidade chamada Catolé do Rocha, na Paraíba, que é o sertão profundo onde também brotou minha mãe, mulher por quem tenho também profunda admiração. Mas minha avó foi uma figura a quem eu pude ensinar a ler e, com isso, ela me ensinou que quem aprende, nunca, nunca, nunca é alguém que sabe menos. E que essa é uma relação

da vida que não poderia acolher hierarquias sob o peso de perdermos a riqueza da humanidade ancestral que levamos em nós. Minha avó é uma dessas indígenas que se transmutaram no cangaço, na ciganagem e na fuga com circo ou casamento indo para São Paulo.

Inicialmente, o mistério da militância era como o de multiplicar isso por mil vezes e fazer no mundo o que se fazia na casa da minha avó: repartir o pouco que se tinha e criar condições menos díspares entre todo ser vivente.

Onde eu vivia – uma favela em Mauá, no olho do furacão dos anos 1990 – não haviam muitas possibilidades de militância. A maior parte dos grupos tinha se integrado pouco a pouco às prefeituras progressistas que foram ganhando espaço no ABC Paulista. Em 1996, eu era uma menina de 12 anos, bastante arredia a ideias partidárias, leitora de Gibran Khalil Gibran e de Mário de Andrade. Eu parecia uma doidinha que ficava arranjando motivos para movimentar grupos na minha escola, e motivos não faltavam, imagine você. Uma escola de quebrada no meio dos anos 1990... A gente viveu tanta violência e a gente era tão pobre que só o que tínhamos eram motivos. Mas só motivos e poucas organizações ou referências para alimentar as nossas imaginações com maneiras de responder e criar realidades diferentes.

Foi na escola que me chegou a primeira possibilidade de militância. Sim, as escolas públicas foram um dos poucos lugares em que o povo muito pobre – já em trabalhos tão precarizados que não eram considerados “operários” dignos de serem organizados – seguia tendo algum contato com possibilidades não hegemônicas de futuro e leitura de mundo. Lembrando que isso se deu, sempre, através de pessoas comprometidas e não da instituição escolar (construída estruturalmente como ambiente disciplinador e reprodutor da ideologia dominante).

Uma professora, que era da Juventude Operária Católica foi quem me convidou a participar de alguma coisa e eu era sedenta para participar de alguma coisa junto com pessoas diferentes.

Eu realmente mergulhei nisso. Participava das reuniões, das panfletagens, fazia o rolê junto com as pessoas adultas. Parecia sempre mais velha do que era e ficava escutando os adultos em grupos de estudo lerem em voz alta os relatos de Marx sobre a Comuna de Paris.

Eu não entendia muito, mas sentia tanta emoção de pensar que – igual a um filme – o povo poderia tomar tudo e dividir com justiça. Era tipo um épico igual a Excalibur, com heróis e tudo mais.

Eu não era nem operária (pra minha geração tão ferrada, trabalhar na fábrica com carteira assinada já era um status, mas eu sou do ABC, onde isso teve seu momento) e nem católica (meus pais eram católicos por osmose e depois se tornaram religiosos de uma outra linhagem), mas a Juventude Operária Católica (JOC) foi a minha primeira e decisiva porta para um mundo possível de menos miséria que o meu. Eu comecei a saber que existiam pessoas de outros países, ouvir gente falando outra língua e contando os sofrimentos da juventude operária da Áustria. Eu tinha 13 anos e queria arreganhar aquela porta que atravessassei, para que mais gente pudesse saber. Saber que não precisaria ser sempre assim e que não era natural sermos tão pobres. Eu continuava muito curiosa pelas coisas desconhecidas.

Num dado momento, a JOC tornou-se muito restritiva para o que passei a entender como militância e me fazia falta enorme construir algo numa irmandade maior, mais massiva e mais radical, abrupta, concreta, conflituosa. Ir lá e lutar, e arrancar na marra o que era justo, mesmo que aos poucos.

Entrei no MTST como um peixe com sede que encontra um oceano para mergulhar com tudo. Foi tamanho o mergulho que rompi com minha família: meus pais tornaram-se religiosos quando eu tinha 14 ou 15 anos e passaram a desaprovar – ou mesmo proibir – minha atividade militante e eu fugi de casa com 16 ou 17 anos para viver sozinha com um salário de 250 reais.

Pouco tempo depois que eu vivia sozinha, aconteceu a ocupação e minha atividade política – agora mais arriscada e conflituosa – era motivo não só de desaprovação como também de preocupação e sofrimento para eles. Nos afastamos estruturalmente e minha avó materna passou a ser o meu elo mais forte de ligação com a vida da comunidade familiar que me pariu.

Nas ocupações éramos milhares ao mesmo tempo. Todos se pareciam com minha família, pobres como eu bem conhecia e sabia ser. Mas, era uma família mobilizada para além de consanguinidade ou debates, era

mobilizada para entrar em conflito, para travar luta, para arrancar um pouco do que nos era negado.

Eu participei de muitas ocupações de terra em um momento em que o movimento era bem menos conhecido. Atuamos na região metropolitana de São Paulo, construindo depois processos de estadualização e nacionalização que me fizeram participar de ocupações e construções do movimento em outras cidades e estados do país. Participei de muitas ações, desde acorrentamentos em frente ao palácio do governo até uma greve de fome em frente à casa de Lula em São Bernardo do Campo, em 2005, ou os primeiros travamentos simultâneos de rodovias que fizemos em 2007. Nós éramos ousados e apontávamos essa potência na construção de ocupações urbanas e na busca de construir formas não institucionais de poder que fossem populares.

Eu me casei pela primeira vez aos 19 anos, mas na verdade, antes disso, vivi alguns meses com um namorado. Eu era uma moça meio avulsa no mundo, engolindo ele com os olhos e todos os sentidos que eu pudesse conceber. Assim, eu oscilava entre estar casada e estar solteira, entre estar empregada ou desempregada, entre estar na faculdade ou abandonar tudo a depender do momento.

Me mudei do ABC para a cidade de São Paulo e, depois de um ano para o Taboão da Serra. Eu era uma jovem favelada, com alguma inteligência e com alguns anos de diferentes militâncias em favelas e me lancei a conhecer tudo o que pudesse do novo território favelado onde fui morar com meu marido: a Zona Sul de São Paulo, ou, Campo Limpo – Taboão, como diria o Binho numa poesia que eu amo demais.

Uma das lindas coisas que pulsava entre favelados no começo dos anos 2000, por fora das hierarquias e institucionalizações, era o movimento de cultura. Que coisa extraordinária! Quase como uma arena pública de debates que aconteciam em rede, com fóruns que não raro discordavam em muita coisa e, ainda assim, se definiam como parte de um mesmo impulso ou movimento.

Nós fizemos uma ocupação em Taboão da Serra, no ano de 2005 – uma das que carrego com o amor que temos às nossas primeiras – e ela ficava muito próxima do Bar do Binho, onde acontecia o sarau.

Vários artistas favelados ligados ao Sarau estiveram e fizeram coisas

apoiando a ocupação Chico Mendes e eu passei a frequentar o Sarau do Binho sempre que podia.

Não era todo mundo do movimento que ia. Meu companheiro na época, por exemplo, dizia que eu iria virar hippie se não tomasse cuidado. Mas eu passei a ir e realmente dou graças à deusa por isso – e já se vê que sim, talvez eu tenha felizmente me tornado algo hippie.

O sarau era um ajuntamento de pessoas com ideias muito críticas a essa sociedade, mas não porque tivessem estudado suas engrenagens através da economia política. Críticos porque nasceram com a marca da exploração que atravessa os pobres da terra, que atravessa os territórios onde nos aglomeramos sem nos enxergarmos uns aos outros. Críticos como eu mesma.

Sempre foi uma zona o Sarau do Binho. E zona, aqui, tenha por gentileza o sentido da liberdade sem o disciplinamento das hierarquias, embora preocupada em ser coletiva.

Barulho, gente declamando, gente conversando, gente fumando lá fora, gente que aparecia do nada e gente que a gente já conhecia a canção. Tudo podia conviver sem que algum modo fosse definido como superior aos outros modos de se estar ali.

Eu sempre fui amante da leitura e, sobretudo, da música (que levaria minha alma para qualquer caminho), mas me apaixonei primeiro pela possibilidade de estar no sarau aprendendo; ouvindo poesias e crônicas de meus iguais, escutando a música feita de modo sofisticado ou lindos lamentos populares de dor de cotovelo.

O sarau foi (e é) uma grande escola para mim e foi o que me deu também parâmetros para analisar o grau de disciplinamento a que eu mesma tinha me habituado no movimento de moradia.

Estar em conflito o tempo todo nos endurece os quadris e os olhos. O sarau ajudava a amolecer as minhas carnes e meu coração.

Aqui eu já era militante do movimento de moradia, educadora popular dentro dele – sistemática ou organicamente – e já me sentia partícipe do movimento de cultura e do sarau.

Mas note que até este momento eu pouco menciono minha trajetória em suas estruturas atravessadas por meu gênero. Eu demorei muito tempo para me compreender como mulher e, conseqüentemente, para

compreender outras mulheres e o feminismo.

No seu livro “Notas sobre a fome”, você relata como se tornou feminista, revelando ter sido uma descoberta libertadora e dolorosa ao mesmo tempo. Tendo iniciado sua militância nos movimentos de moradia, a sua forma de se perceber no mundo se deu fundamentalmente pela perspectiva da condição de classe. Você se encontrou com o feminismo hegemônico, não se reconheceu e o negou. Depois, nutrida por novas reflexões, buscou outros feminismos, cujas gramáticas fossem mais próximas de sua condição de mulher periférica. Ao reconhecer seu lugar de fala dentro destes espaços de poder e de disputas por narrativas hegemônicas, como você acha que este pensar e fazer feminista vem atravessando as suas reflexões e atuações políticas, como militante de movimentos sociais, culturais, dentre outras atuações?

Acredito que falamos mesmo de epistemologia. É uma palavra sofisticada para uma necessidade urgente que é a de evidenciar que produzimos diferentes modos de pensar tão relevantes quanto os modos que se reconhecem como ciência, conhecimento, sistematização.

Me enxergar como mulher mudou o território de onde vejo o mundo. E quando muda o território de onde a gente vê, muda o que a gente vê também.

Muitas coisas que eu racionalizava como necessárias do ponto de vista organizativo, por exemplo, hoje eu rechaço porque percebo o traço patriarcal que ordena a composição dessas ideias. Isso não significa que nada preste, ou que tudo deva ser jogado fora. Na realidade, essa forma dicotômica de pensar tudo pertence ao binarismo ocidental (também patriarcal).

Entendi, por exemplo, que a supervalorização dos grandes atos heroicos em detrimento das invisibilizadas construções cotidianas são uma forma de articular política que prima por papéis masculinos, o papel do herói, do desbravador do mundo. O afeto, o cuidado, a nutrição e sustentação de comunidades, grupos, coletivos, militâncias, nada disso é valorizado como heroico, ainda que seja a seiva que permite qualquer prática política de se proliferar em ambiente adverso como é o que vivemos

nós pobres, indígenas, favelados, pretos e periféricos.

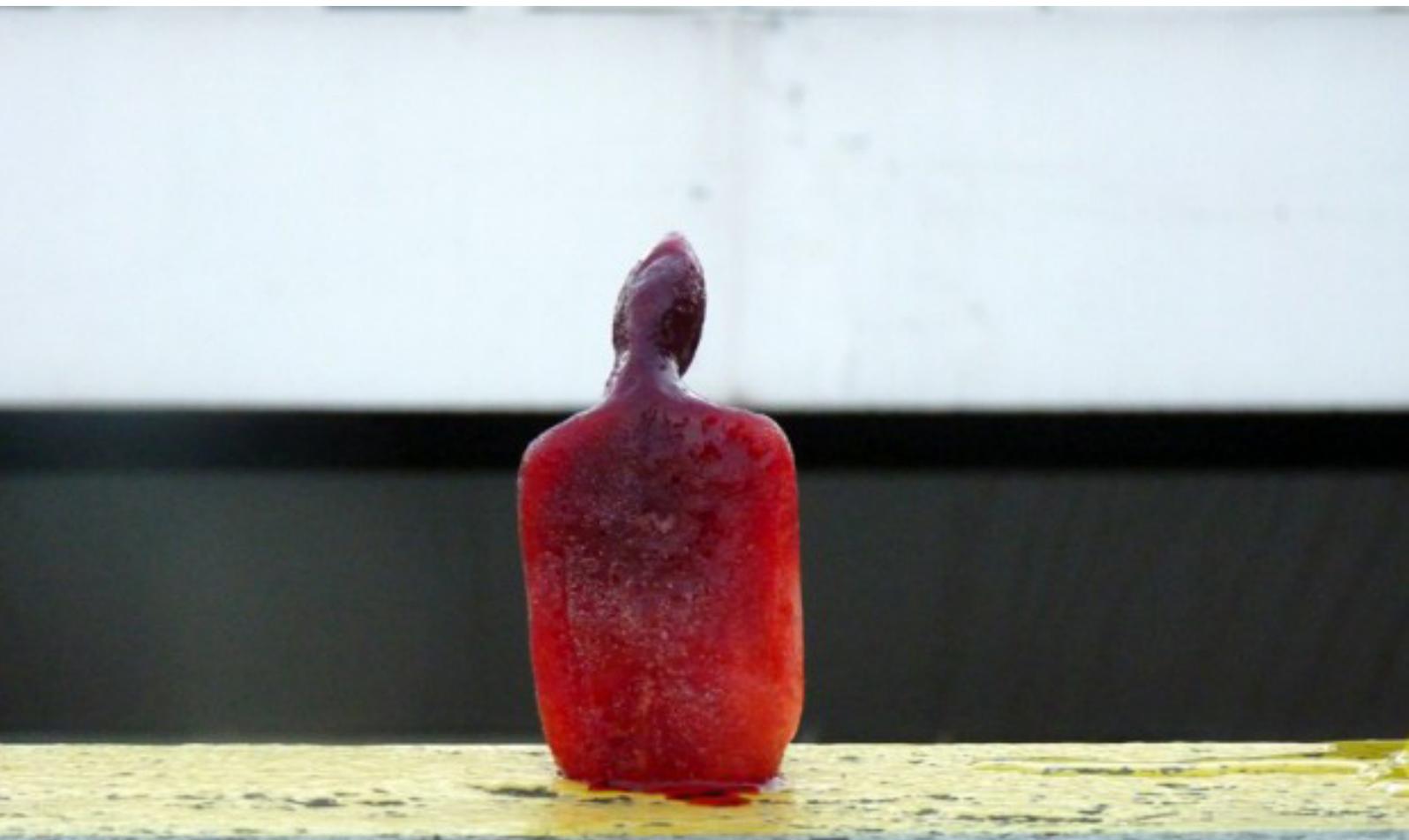
Esse é apenas um exemplo. Mas se trata mesmo de enxergar as coisas através de um outro olhar. Eu revisei as coisas que vivi e enxerguei nelas violências de gênero contra mim que antes eu simplesmente naturalizei. E assim como fiz isso comigo, certamente fiz também com muitas irmãs.

A violência que vivemos em nossas comunidades nos anos 1990 era tamanha, com o genocídio permanente e com as chacinas cotidianas, que deixamos muitas coisas de lado, secundarizadas diante da necessidade de preservar-nos da morte.

Mas o rap ajudou, e muito, a que percebêssemos que a violência que sofriamos não era natural; que ela acontecia porque éramos pobres, periféricos (e acho que foi aqui que este termo ganhou um recheio classista por vias não ortodoxas) e porque éramos pretos ou afroindígenas.

Mesmo aqui ainda faltava o elemento de gênero, porque sabemos da importância do rap e também dos desafios que ele precisa enfrentar para se colocar de forma mais ampla e coerentemente contra o machismo. Mas o movimento da mente foi importante.

A ferramenta lógica que colocou nas nossas mãos foi importante,



e isso é epistemologia: se a violência generalizada não era motivo para deixar de perceber as sobreposições de violação quando se tratava do povo negro, também poderíamos pensar que haviam sobreposições de violação às mulheres, que além da violência geral tinham suas chagas próprias.

Esse último movimento eu só realizei ao custo de muitos sofrimentos, inclusive em minha vida amorosa, quando um divórcio me permitiu desvelar problemas graves de uma estrutura organizativa. Não existe separação entre vida pessoal e vida política, todas essas separações são o modo ocidental de pensar, que não concebe a convivência múltipla e diversa sem hierarquia.

Mas realizei e hoje, mesmo enfrentando as dificuldades que enfrentam as mulheres que se rebelam também contra essas estruturas, eu me sinto com os olhos mais livres, com um olhar sobre o mundo que é mais liberto e solidário, porque reconheço o território que sou e que comporta esses dois olhos que veem.

O que é a Escola Feminista Abya Yala e a Revista Amazonas? Quais são as contribuições da Revista Amazonas para os feminismos? Nos conte sobre a atuação da escola feminista nos territórios periféricos da zona sul de São Paulo e sobre suas pautas prioritárias de atuação e públicos mobilizados.

Começarei então, primeiramente, pela Revista Amazonas, que é minha primeira participação na construção de um instrumento de luta constituído apenas por mulheres. Passei a pensar que se eu tinha dedicado tanto da minha capacidade ativista a práticas que depois percebi bastante patriarcais, porque não colocá-las ao serviço de uma experiência apenas entre mulheres? A Revista Amazonas nasceu porque precisei sempre reconhecer meus próprios privilégios e, mesmo sendo pobre, afroindígena e favelada, eu descobri mundos através da militância, estudei de maneira autodidata e cheguei a textos e elaborações muito importantes para mim. Conheci gente, conheci lugares e aprendi a falar um idioma. Eu precisava compartilhar isso e pensava em algo bem mais simples quando propus a uma amiga espanhola, que vive em Buenos Aires, que fizéssemos um blog

com textos de mulheres que pudéssemos publicar em duas línguas para permitir uma maior popularização de alguns debates que o feminismo tem feito. Ela de pronto se animou e trouxe uma outra amiga, mexicana, para a conversa. Essas duas mulheres são também grandes amigas e constroem a 'Amazonas' em diferentes dimensões do nosso trabalho.

A proposta pareceu encontrar muitas mulheres ávidas por algo assim em termos latino-americanos e, como um rastilho de pólvora, tecemos uma rede entre mulheres ativistas de vários países. A revista fomenta e acolhe as elaborações de mulheres sobre os mais variados temas e com ampla liberdade de formato, só atentando a que estejam alinhados com nossos princípios que são o anticapitalismo, o antirracismo, a descolonização, a independência frente ao capital e aos governos e a perspectiva LGBTQI+.

Tudo nela é publicado em português e espanhol, o que nos permite um maior trânsito de informações entre mulheres ativistas da América Latina, embora tenhamos um pólo muito importante para nós que se constrói desde a Galícia e de Madrid.

Publicamos também nas linguagens literárias e de artes visuais ou audiovisuais porque acreditamos que estas formas de elaboração da realidade são tão ricas e importantes quanto à forma escrita ou, dentro dela, a escrita teórica. Isso dinamizou em mil anos o meu aprendizado no feminismo.

Eu pude me conectar com mulheres indígenas, faveladas, negras, super-exploradas, ativistas, artistas, de muitos lugares e aprender com tudo o que elas fazem em seus territórios e pensam à partir deste fazer.

Com tanta riqueza chegando a mim, pensei que precisava arranjar uma maneira de partilhar ainda mais.

Agradecer de fato é compartilhar.

Uma coisa aqui sempre me pegava de jeito: o feminismo ainda está muito refém das paredes universitárias e dos partidos políticos ou sindicatos. Ou seja, aquilo que se elabora conscientemente sobre feminismo, em sua maioria, não é feito desde as condições de vida de mulheres faveladas e periféricas e esse olhar falta. É um silêncio ensurdecador com o qual o feminismo não pode aceitar conviver.

Tudo começou com um curso que organizei e que durou três dias. Eu pretendia compartilhar com minhas companheiras de quebrada uma

série de elaborações feministas que fui conhecendo e que nunca chegam à favela (embora algumas falem de nós).

Foram três dias em que a gente se reuniu. No entanto, não tinha como começar a conversar sobre textos e filosofias sem antes desabafar sobre a violência que alguma delas sofreu no dia anterior, sobre o sentimento de solidão que acompanha muitas vezes a decisão de não se submeter, sobre a dificuldade de estar em outros espaços militantes de favela sem ser silenciada, desrespeitada, assediada ou tolhida, secundarizada.

Nós choramos juntas com aquelas que dão aula em escolas precárias espalhadas pelos rincões da cidade na semana em que o atentado de Suzano demonstrava a barbárie do sistema escolar que mói a carne e os sonhos de estudantes, trabalhadores e profissionais da educação básica – quase todas mulheres, é bom que se diga.

Depois de três intensos dias de “curso” com mais mulheres chegando a cada um deles, nunca mais nos separamos. Fizemos deste espaço de estudo, desabafo e fortalecimento um lugar também de organização para nossa intervenção nos territórios em que vivemos e atuamos. Nós intervimos em coisas cotidianas, porque é só mesmo a fálica narrativa épica que se estrutura sobre os momentos extraordinários da luta. Enquanto mulheres, sabemos o quanto esse cotidiano é essencial de disputar, e em cada local onde trabalhamos, convivemos ou militamos, passamos a intervir juntas.

Isso provocou rupturas em coletivos, denúncias de machismo, desmascaramento de mulheres progressistas só até a página 2, que por abstrações (ou possibilidades eleitorais – parlamentares ou sindicais) fazem vista grossa a práticas machistas de parceiros de trabalho ou de militância. Sofremos algumas ameaças e coisas do gênero, mas nada disso aplacou o nosso crescimento e consolidação, ao contrário.

As mulheres em nosso território vão aos poucos sabendo que podem nos pedir ajuda e pedem. E cada mulher ajudada é um elo novo que se soma a seu modo no nosso coletivo que hoje, além de escola também se denomina como ‘Assembleia Feminista’.

Helena, nos conte como foi a construção deste pensamento sobre um “feminismo inominável” que se contrapõe à gramática da academia, que você relata em seu livro “Notas sobre a Fome”. Como este feminismo

que dialoga com as companheiras da América Latina (que lutam também por uma epistemologia que considere as mulheres nos seus fazeres e saberes ancestrais, um feminismo comunitário) responde às engrenagens do cotidiano e sua mediação com as urgências da vida em territórios periféricos?

Na verdade o feminismo inominável está se construindo há muito tempo e minha avó – como muitas outras mulheres pobres, desterradas, moradoras de favelas – era uma agente extremamente ativa dele. Não sabia ler e nunca soube o que era feminismo, mas acolhia em casa a moça prostituta encontrada agredida no quarto de um motel onde um tio meu trabalhava. Ela comprava só dois tipos de frutas na feira, em quantidade gigantesca, e eu entendi aos poucos porque ela fazia isso: era porque tinha de repartir entre muitas famílias de filhos e netos.

O feminismo hegemônico só enxergaria na vida de minha avó ausências que o autorizariam a tutelá-la com a arrogância iluminista própria do pensamento ocidental.

Uma parte do feminismo não enxergaria que, onde algumas comemoravam o direito ao trabalho fora do lar, outras já tinham sido engolidas pelas plantações de cana ou de algodão por séculos, sem ter o que celebrar.

As resistências e as lutas ancestrais por terra, território, comuns e modos de vida são levadas adiante há muito tempo por mulheres que não figurarão na narrativa colonizada da história oficial, são lutas que elas realizam sem que sejam reconhecidas como lutadoras e sem que suas batalhas cotidianas sejam reconhecidas como práticas políticas porque partem de uma gramática organizativa diferente da gramática patriarcal de organização.

Se abolirmos a hierarquia entre teoria e práticas, entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre sabedoria e conhecimento, nós poderíamos enxergar o quanto a rede de feministas pelo mundo é muito maior do que as que assim se nomeiam.

E poderíamos nos irmanar preocupadas em conversar sobre o conteúdo do que é preciso fazer em defesa da vida ao invés de gastar tanto tempo por caminhos feitos para excluir mulheres da caminhada.

Não é possível lutar em âmbito nacional contra um sistema global, mas não é possível construir mundo novo começando pela laje. É nos invisíveis alicerces arraigados em territórios locais que a rede de lutas se estrutura com substância à potência feminista, como bem nomeia uma querida amiga e companheira chamada Verônica Gago.

No dia a dia de territórios violentados pela pobreza, pela opressão e pela exploração estão as mulheres e as práticas que precisam urgentemente ser disputadas para o campo da política. Comer é um ato político, portanto cozinhar, plantar, lutar contra a propriedade da terra para que plantar seja possível.

Toda a América Latina partilha de uma chaga comum que nos irmana: a colonização nos atravessa como marco em que nascemos como povos inferiores, marco onde surgimos na história oficial com saberes inferiores, com modos de viver e organizar a sociedade considerados inferiores, pouco desenvolvidos.

Reconstituir práticas de ruptura anticapitalistas arraigadas em nossos modos de vida, em nossos territórios, em nossos cotidianos é avançar na construção do feminismo inominável.

É feminismo, chamemos assim ou não, e é indissolúvelmente lutar em defesa da vida humana e não humana, em toda sua multiplicidade, diversidade, autonomia e ideal horizontalidade.

Helena, você afirma que nos territórios favelados se produz um jeito próprio de viver, de pensar e estar neles. Neste sentido, as mulheres sustentam a vida nestes espaços atravessadas pela fome, violência e outras desigualdades estruturais, mas mesmo assim promovem a defesa incondicional da vida na sua multiplicidade, horizontalidade e solidariedade. Embora não se nomeiem ou muitas vezes se reconheçam como feministas, produzem conhecimentos que permitem criar uma rede de sociabilidade, sobrevivência e proteção social. Você acredita que estas adversidades são elementos de produção de sentidos e narrativas para uma epistemologia feminista favelada / periférica, suas mulheres e lutas? Por quê?

Eu não acho que situações ruins promovem coisas boas. Então,

eu não acho que as adversidades são motores de nossa produção de sentido e novas epistemologias. O que eu acho é que há muito mais do que adversidades e, embora seja mais fácil ver a elas, - já que possuem uma violência que nos traga e ofusca quase tudo ao redor - há muita abundância inscrita nos resquícios que nos chegam da vida antes da chaga colonial.

É dessa riqueza invisível e espalhada em traços resistentes em nosso modo de viver, é do embate dela contra a opressão e o genocídio permanente, em busca de afirmar-se e não se deixar exterminar que, na minha opinião, surgem novas e potentes epistemologias.

Eu luto para que o mundo melhore, exatamente porque no dia em que estas riquezas invisíveis, que essas ancestralidades e sabedorias silenciadas puderem estar à serviço de outras coisas que não o de apenas defender o tempo todo da fome, da peste ou da pólvora, nós teríamos um mundo cheio de possibilidades emancipadoras e felicidade geral.



Foto: Néle Azevedo. Escultura em ferro fundido, Dúptico 1/2. São Paulo, Brasil. 2000.

Sou Ana Gualberto, 43 anos, mulher, negra, candomblecista Iya T'Oju Omò do Ilê Adufé, Omo Orixá Oxum iniciada há 10 anos, mãe do Caio Fernando, historiadora formada na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) em 2010, oriunda de uma das primeiras turmas de cotas raciais na UERJ, mestre em Cultura e Sociedade pelo IHAC (Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos) – UFBA (Universidade Federal da Bahia), moradora de Salvador/BA. Integro a RMN (Rede de Mulheres Negras da Bahia) e a RMT (Rede de Mulheres de Terreiro da Bahia), e sou articuladora do NZinga Coletivo de Mulheres Negras, em Belo Horizonte.

Iniciei minha militância aos 16 anos atuando como educadora em EJA (Educação de Jovens e Adultos), em um projeto social de uma igreja na Vila Cruzeiro, uma favela na Penha, bairro do subúrbio do Rio de Janeiro. Desde então, tenho atuado como educadora popular me dedicando às questões étnico-raciais. Minha mãe era militante do movimento de mulheres de favelas da cidade do Rio de Janeiro e aprendemos em casa desde sempre o impacto do racismo em nossas vidas e que estrutura nossa sociedade. Fiz universidade já com 27 anos, por uma gravidez precoce, sendo a primeira de minha família a entrar em uma universidade pública, a UERJ. Concluí o mestrado em 2018, na UFBA.

Me reencontro com a ancestralidade afro em 2005, e renasço no candomblé em 2010, ampliando ainda mais meu compromisso com a afirmação positiva das identidades afro-brasileira, em especial a religiosa. Continuo em processo de formação, atuando com comunidades negras tradicionais na Bahia.

Atuo em pesquisas e ações de intervenção social com povos de terreiro e comunidades quilombolas, desde 2002. Integro as Redes de Mulheres Negras e de Mulheres de Terreiro, ambas da Bahia.

Ana Gualberto^(*)

(*)Ana Gualberto é historiadora, mestra em Cultura e Sociedade, coordenadora de ações com comunidades tradicionais em Koinonia – presença ecumênica e serviço, e Iyá T'Oju Omo do Ilê Adufé.

NA RUA, NO TERREIRO, NO QUILOMBO: MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO

Ana Gualberto

Boletim ODC: Em seu mestrado, você pesquisou sobre o processo de afirmação das múltiplas identidades de mulheres quilombolas das comunidades Jetimana e Barroso, em Camamu/BA, com especial atenção à relação entre a questão identitária, a participação política e a relação com o território. Na sua abordagem, você busca demonstrar a necessidade de superar binarismos e observar as intersecções dos circuitos simbólicos e identitários pelos quais essas mulheres transitam. Gostaríamos que você nos falasse sobre o papel da dimensão cultural nesses processos, e elencasse algumas das tensões políticas e identitárias enfrentadas pelas quilombolas. Ao longo da sua pesquisa e trajetória de militância, que estratégias e campos de articulação você identifica como potenciais para que mulheres quilombolas conquistem os espaços por elas almejados?

Ana Gualberto: A primeira coisa que quero pontuar é que essa coisa toda de se definir é muito de fora pra dentro. Essa reflexão de se pensar e dizer quem é, dentro dessa construção e leitura de mundo, passa a fazer parte da vida das pessoas das comunidades tradicionais, principalmente, depois da aproximação com a academia e com os movimentos sociais. Tanto a academia quanto os movimentos, para dialogar, te questionam quem é você para, então, lhe colocar no escaninho devido. Não estou fazendo juízo de valor, apenas apresentando que, antes, se apresentar era dizer: Sou fulana ou fulano, filha/o de cicrano. Isso já dizia tudo. Lembro de um texto que li sobre tornar-se mulher negra de Lélia Gonzalez. Nele, Lélia traz a questão racial para um argumento apresentado por Simone de Beauvoir que nos faz pensar nesse processo de definição de identidades, pois existem dois componentes fundamentais aqui: como eu me identifico e como me identificam, as pessoas, a sociedade. A soma disso normalmente é esse

pacote que nos define.

O que eu estou querendo dizer com essa volta toda? Primeiro, é que há uma intersecção de identidades nestas sujeitas sociais que há pouco tempo elas acessaram e que, portanto, está em processo de consolidação. Segundo, é que quanto mais questionamentos, acesso a outros grupos, novas identidades poderão surgir. Uma questão que as mulheres não tocavam era na orientação sexual, dando como unânime a heterossexualidade. Em 2018, algumas estiveram no Encontro Nacional de Mulheres Negras e voltaram para o grupo pautando o sofrimento das mulheres *homos*. Pronto, essa identidade passa a ser importante para ser debatida. No nosso grupo há mulheres gays, bis? Esta virou mais uma chave de análise e debate.

Uma coisa que tenciona muito todos esses debates são as igrejas, principalmente, as de denominação evangélica. Todo o debate histórico e cultural que se refere à afirmação da identidade negra é rotulado como “macumba”, é demonizado e amplamente combatido. O que coloca as mulheres em grande conflito. Não é por acaso que as mulheres protagonistas de minha pesquisa são católicas. Não que este tipo de fala e pensamento não venha dos católicos, vem também, mas torna-se menos difícil este debate com a igreja católica.

Uma das primeiras coisas que os pastores pedem para as pessoas quando entram nessas igrejas é negar a vida anterior, a vida mundana. Nessa vida tem música, tem dança, tem coisas que nossos mais velhos faziam sem explicar direito, mas que a gente reproduz porque sempre deu certo. Isso é rotulado como idolatria e práticas que não são aceitáveis nessa nova comunidade. Acho que a questão chave está aí: em sair de uma comunidade e fazer parte de outra. A vida nas comunidades quilombolas é baseada na vida comunitária, coletiva, na gestão de áreas comuns, de práticas ancestrais que reafirmam a especificidade deste grupo. Assim, quando você nega isso tudo para entrar em outra comunidade, a religiosa neste caso, provoca uma ruptura com sua comunidade de origem.

Acredito que a potência das mulheres negras quilombolas está na coletividade vivenciada cotidianamente. Nós, mulheres negras urbanas, a cada dia resistimos à individualização das lutas e de nossas vidas. Para quem está na área rural, a vida é bem mais coletiva. Mesmo quem tenta

se apartar, se vê inserido nos processos e dependendo deste coletivo para viver. Isso potencializa outra visão de mundo, outra forma de construir as ações e, conseqüentemente, seus efeitos. O grande desafio é não sucumbir aos projetos individualistas que descolam as lideranças de suas comunidades. O que é uma liderança sem a comunidade? Nada. Quem ela lidera? Ninguém. Só é possível estar nesse lugar de liderança se há diálogo com as pessoas que você representa. Este é um grande desafio para manter-se no foco de conquistas coletivas.

Ainda sobre a sua dissertação, o formato de citação direta da bibliografia é o mesmo dos depoimentos das quilombolas entrevistadas na pesquisa de campo. Na introdução, você explica essa escolha por considerar, e aqui te citamos, “que as palavras destas mulheres têm valor de referencial teórico, tendo em vista seus posicionamentos e seus acúmulos” (GUALBERTO, 2018). Inferimos, então, que uma das ideias defendidas na sua pesquisa é de que tais mulheres produzem e disseminam saber, seja na maneira de se posicionar, seja pelo seu legado. O que significa, para o cotidiano e para os embates políticos enfrentados por estas mulheres, se contrapor à negação epistemológica empreendida contra as quilombolas? Que tipo de repercussão você acredita que isso pode provocar na academia?

A negação epistemológica é uma realidade no que se trata da população negra. Quando tratamos das mulheres, soma-se mais um fator, mulheres quilombolas, são dois fatores a mais. A dificuldade da sociedade em valorizar as diversas narrativas, construções de saberes, conhecimentos e práticas é histórica, e sabemos que ela não se modificará a curto e nem a médio prazo. A gente acreditava que o que foi construído a partir de 2002 seria um processo que só avançaria. Com políticas públicas que, aos poucos, iriam consolidar um outro senso comum, onde o racismo seria superado de forma quase “natural”. Não existe isso. A superação do racismo nunca foi pensada de forma estruturante na sociedade e nas relações estabelecidas em nossa sociedade. Superar o racismo tem a ver com reconhecer o valor das outras formas de saberes e práticas, sem hierarquizá-las. O que temos hoje na academia é uma hierarquização de saberes, onde se observa

os “diferentes” traduzidos para a linguagem acadêmica, que continua tendo como base o eurocentrismo e seus formatos. Quando eu decidi que colocaria os depoimentos das mulheres com o mesmo peso e formato das referências dos livros é porque, de verdade, acredito que eles têm tanta importância quanto. A gente fica preocupada, e é cobrada em usar “clássicos” que são consolidados para manter como referencial o mesmo padrão: pensamento dos homens, brancos, héteros, cristãos, portanto mantém a mesma estrutura. Precisamos romper com isso. Infelizmente eu não consegui romper o tanto que queria durante o mestrado, pois precisamos ser “aprovados”, validar nossa produção e, para isso, é preciso engolir alguns sapos.

Você é candomblecista e também transita por muitos terreiros como estudiosa da religião e militante da causa ecumênica. Em um texto que publicou no Observatório Quilombola, cujo título é Sobre nossas identidades (GUALBERTO, 2020b), você pontua que se reconhecer como parte de um coletivo é central e definidor de identidade, tanto para candomblecistas, quanto para quilombolas. Gostaríamos que você nos falasse mais sobre esse argumento e sobre as potências desse espaço comunitário do axé para o fortalecimento das mulheres.

Pensar a coletividade é basilar para compreender a sobrevivência da população negra no Brasil pós-sequestros do continente africano. Se não tivéssemos nos mantido em grupos, teríamos sido dizimados desde os navios negreiros, nas senzalas, nos quilombos e nas favelas. Neste sentido, reflito que a religiosidade teve papel fundamental. As religiões de matriz africanas, que são a base de organização dos grupos sociais africanos, são organizadas a partir do matriarcado, a exemplo da maioria dos povos africanos. Isso é fundamental para pensarmos a resistência do povo africano, seja nas situações diaspóricas ou no continente. Nosso princípio organizacional é circular, complementar. Cada um desempenha um papel para o funcionamento pleno do egbé (comunidade). Este egbé é a recriação familiar, somos família e essa estrutura é que nos sustenta. Em contraposição a isso, o cristianismo é organizado a partir do patriarcado. A circularidade é um princípio africano fundante. Não nos organizamos em

pirâmide, ou em uma linha reta. A gente tem outro projeto de mundo, que tem na base o círculo, e nesse projeto cabe todo mundo. Ele é baseado no respeito, a tudo e a todos, em harmonia com o meio ambiente, do qual somos parte e na vida comunitária.

Neste sentido, a organização, a estrutura dos grupos sociais, comunidades de matriz africana e todas as outras comunidades tradicionais são observadas, analisadas e descritas por pessoas de “fora”, em sua absoluta maioria acadêmicos. As lideranças compartilham seus saberes, sua história e, a partir deste encontro, conceitos são consolidados, visando “explicar” estes grupos. Seria muito interessante se esta relação fosse de troca, mas infelizmente não é, mas reafirmo que deveria ser. Depois deste encontro, se constroem marcos legais que reafirmam estes conceitos visando à garantia de direitos dos grupos sociais em resposta às suas demandas de reconhecimento, valorização e manutenção da vida.

Destaco, nos marcos legais, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, Decreto 6040/2007 (BRASIL, 2007), que inclui o povo de terreiro nesta categoria. Só para ilustrar, estão nesta categoria também quilombolas, indígenas, vazanteiros, pescadores, ciganos, entre outros grupos étnicos. Portanto, os terreiros e quilombos são territórios históricos, sociais, políticos e culturais negros. Suas organizações internas têm a ver com sua herança organizativa e comunitária ancestral.

Em minha dissertação de mestrado reafirmo que: “As comunidades remanescentes de quilombo são categorizadas como grupos étnicos, segundo a legislação vigente no Brasil. Segundo Barth, grupos étnicos são “um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão” (BARTH, 1976, p. 17)¹. São laços relativos à territorialidade, como o predomínio do uso comum e utilização de áreas de acordo com a sazonalidade das atividades produtivas e outros usos, “caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade” (ABA, 1994, p.1)²...” (GUALBERTO, 2018, p. 28)

1 BARTH, Frederik. Introducción. In: _____. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

2 ABA, **Associação Brasileira de Antropologia**. 1994. Documento do Grupo de Trabalho sobre

Um terreiro é um centro tradicional que agrega um grupo religioso estruturado segundo as normas de um rito afro-brasileiro. A palavra *candomblé* é um termo de origem quimbundo por cujo emprego se identifica, hoje, uma modalidade de culto afro-brasileiro, portanto, criado no Brasil, inspirado no que foi vivenciado no continente africano. Utilizamos também a palavra *roça* para identificar o espaço físico dos terreiros de *candomblé*. Assim como a palavra *barracão*. Essa expressão traduz a memória da antiga natureza urbana do espaço. A palavra *axé*, que tem vários significados, também frequentemente usada para assinalar tanto um templo, espaço físico, dessa natureza como o tipo de grupo religioso que nele se dedica ao culto dos voduns, *inkises* ou *orixás* (SERRA, 2015).

É importante reafirmar que o matriarcado que estrutura estes grupos étnicos, quilombos e terreiros, disputa cotidianamente com todos os ismos que oprimem e hierarquizam pessoas e comportamentos. O machismo e o patriarcado estão na construção de nossa sociedade e se refletem em todos os espaços em que circulamos. O enfrentamento a estas ameaças precisa ser diário e estamos atentas e atentos a isso. O que está em risco

Comunidades Negras Rurais (Rio de Janeiro, 17-18 de outubro de 1994).

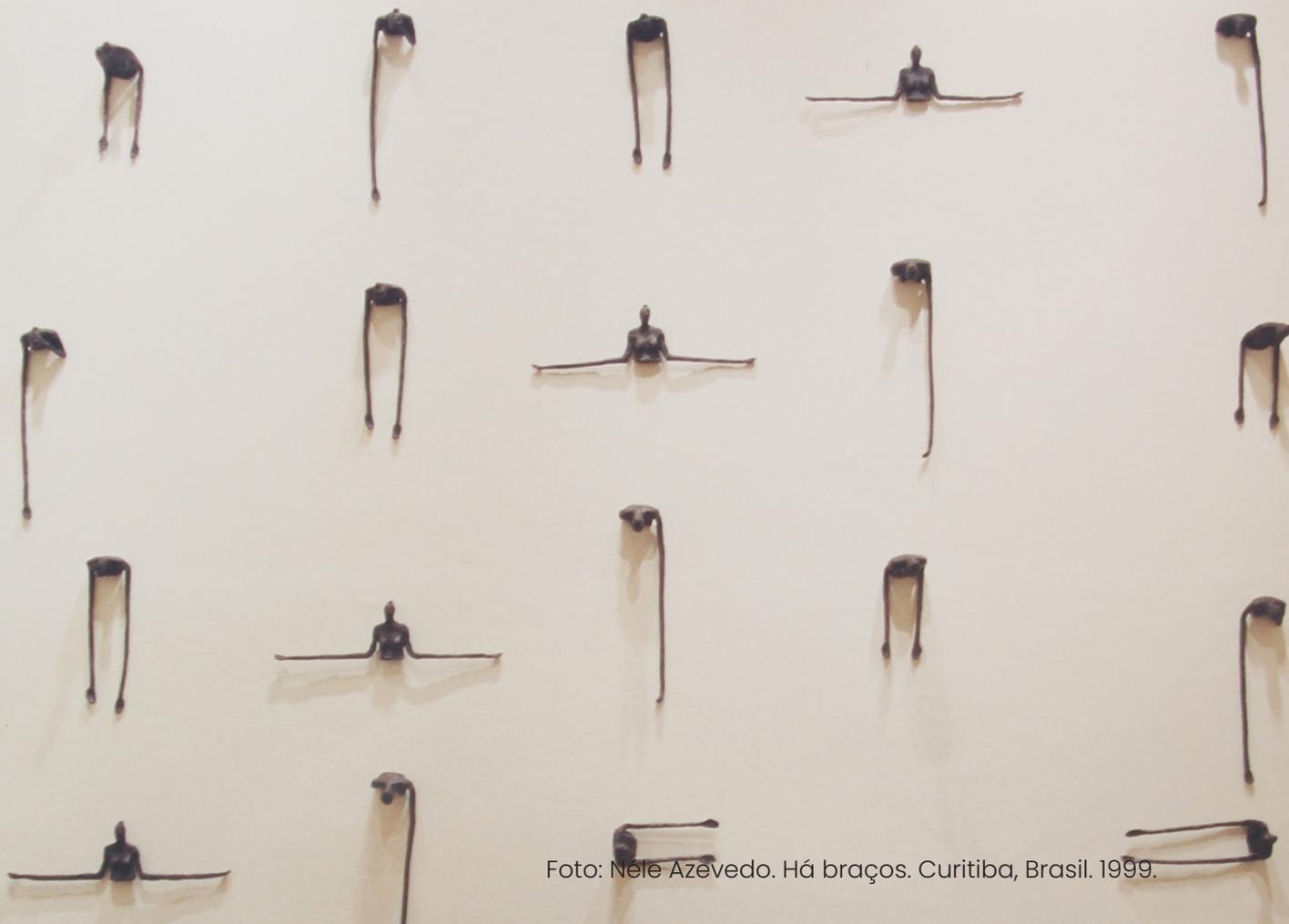


Foto: Nele Azevedo. Há braços. Curitiba, Brasil. 1999.

é uma estrutura que permitiu e sustentou os processos de resistência vivenciados por estes grupos.

Nesse mesmo veículo, no ensaio Sobre a luta cotidiana de ser mulher negra, você enfatiza ser inerente às mulheres negras a prática cotidiana da luta social, e então pontua: “Se quiser chamar isso de feminismo negro, de mulherismo, é com você. O que afirmo é que as mulheres negras sempre desafiaram as estruturas que nos excluíam e continuam a desafiar” (GUALBERTO, 2020a). Como você lê e se posiciona frente a estas e outras denominações desses movimentos político-sociais e sistemas de pensamento a respeito das mulheres negras e de suas lutas cotidianas por reconhecimentos, direitos e liberdades? Que contribuições você destaca destas ou de outras frentes na maneira de nomear e de compreender essa luta?

Olha, uma coisa que as ciências humanas sempre propõem é dar nome a tudo, criar conceitos. Volto um pouco na história para reafirmar que o povo negro foi coisificado no processo de escravização, o que reverbera na sociedade até hoje. As mulheres negras eram, durante o processo de escravidão, reprodutoras e trabalhadoras. Nunca foram tratadas de forma diferente por ser mulher, daí aquele discurso de Truth de 1851, “Não sou eu uma mulher?”. Outra questão que me atrevo pontuar de forma breve é que em algumas sociedades do continente africano, digo o povo iorubano, meu povo, o lugar das mulheres sempre foi a rua, a comercialização, mercar é uma função das mulheres, o que continuamos a fazer no pós-sequestro para esta terra. Bem, a leitura do papel das mulheres como algo privado não é nossa, portanto, essa solicitação de ter direito a vida pública não fez parte de nossa pauta de reivindicação. Para nós a questão é bem anterior: fazer com que a sociedade nos enxergue como gente, como sujeitas de direito. Com essas breves reflexões, digo que as bandeiras do feminismo defendido pelas mulheres brancas foram e são muito pouco comparadas com nossas bandeiras. Foi e é importante? Claro que sim. Abre-se uma pauta de debate e surfamos nessa onda para ir além.

A luta das mulheres negras não é uma luta exclusivista, nunca foi e nunca será, pois nossa visão de mundo é ampla. A grande questão é que

quando a gente chega junto com as brancas, elas não conseguem abarcar as nossas questões e perceber que elas são anteriores e estruturantes. E, principalmente, não se abre mão do protagonismo. Elas não se sentem representadas por nossas falas, mas acreditam que nos representam em suas falas. Aí a gente escuta coisas como o que algumas dessas mulheres que estavam no BBB [Big Brother Brasil] disseram, que se pode perdoar o racismo, mas não o machismo. Quando a gente hierarquiza opressão a gente diz muita coisa.

Neste sentido, penso que não dá para dar um nome às diversas movimentações das mulheres. Elas se constituem e se modificam a todo momento. Nunca estivemos paradas e continuamos a nos movimentar. Costumo dizer que a prática da luta social, do desafiar as estruturas impostas é inerente às mulheres negras, e isso vai continuar, pois nossa sociedade não dá nenhum sinal de aceitar a pluralidade da humanidade e encará-la com respeito.

Tenho estudado sobre mulherismo africana, segundo Njeri (2020), “... Mulherismo Africana objetiva, segundo Cleonora Hudson, ‘criar critérios próprios (das mulheres africanas) para avaliar suas realidades tanto no pensamento quanto nas ações’. A sua principal abordagem é materno-centrada, considerando a liderança social que as mães negras têm nas nossas comunidades. (...) Estamos definindo a luta mulherista como a possibilidade de reintegrar as vidas pretas destroçadas pelo racismo de cunho integral.”

Bebemos na herança deixada por nossas ancestrais, nos alimentamos na força das Ayabas, termo utilizado para definir todos os orixás femininos em geral, para nos mantermos vivas levando as nossas e nossos junto conosco. Isso tem sido minha base de pensamento, que está em constante mudança. Hoje ainda me intitulo uma afro-feminista, mas não sei se amanhã este termo será o mais adequado. Sigo buscando ampliar a reflexão para que seja algo que contribua para a nossa luta enquanto mulheres negras, e no processo de mudança da sociedade.

Nos últimos anos, a extrema direita tem ampliado seus terrenos no cenário político brasileiro e, com isso, empreendido políticas e construído normativas contrárias à afirmação das liberdades e dos

direitos cidadãos. Nesse cenário de embate legal, político e simbólico, quais desdobramentos você identifica no campo das articulações de movimentos e instituições que têm como propósito a afirmação dos direitos das mulheres negras? No horizonte de possibilidades, que estratégias ou pautas você acredita que devam ser prioritárias frente à disputa discursiva e às ameaças postas por esse governo?

O pensamento da extrema direita é baseado em diversos fundamentalismos e acirram todos os abismos sociais. Chamo atenção para o fundamentalismo religioso que nos últimos anos mostrou sua força ocupando espaço no Legislativo e no Executivo. Esse avanço ameaça a vida de todas as mulheres, da população LGBTTQI+, das comunidades tradicionais. Mas, o impacto disso na vida das mulheres negras é maior do que na das mulheres brancas. O controle dos corpos das mulheres por meio dos desmontes de políticas públicas, e aqui falo sobre as políticas de direitos sexuais e reprodutivos, em especial a política de aborto seguro. Sabemos bem que as mulheres de classe média e alta, que são brancas em sua absoluta maioria, não acessam estas políticas em caso de estupro. Quem necessita desta ação são as mulheres pobres, que são em sua absoluta maioria negras. A criminalização do aborto, a propagação de ideologias nas igrejas de subserviência e controle das mulheres pelos homens são ações que impactam diretamente em nossa vida. O fundamentalismo religioso precisa ser enfrentado como o grande problema que ele é.

Acredito que todos os momentos de crise nos colocam desafios de reinvenção. Diante desta crise que estamos vivendo com a pandemia, as mulheres têm, como sempre, estado na base das ações de resposta e enfrentamento. Como disse uma conhecida em uma reunião na semana passada: enquanto os homens estão fazendo *live*, as mulheres fazem máscaras, arrecadam alimentos e cuidam dos doentes.

No que tange à esfera governamental, não tenho esperança de diálogo, pois não há diálogo com quem não se dispõe a ele. Desde 2018, os coletivos de mulheres com os quais dialogo têm debatido a participação das mulheres negras nos espaços políticos e de representação. Visando ocupar a vereança e a prefeitura. Tivemos uma grande derrota com a postura do PT Bahia [Partido dos Trabalhadores da Bahia] em não respeitar

a candidatura proposta pelas mulheres negras, uma candidatura que foi construída por mulheres que são filiadas ao partido e outras, como eu, que não são filiadas a partido algum e que estão na luta. Pior que isso, houve uma apropriação de nossa figura, trazendo uma mulher negra que supostamente nos representaria. Ora ora, representação se constrói. Bem, deixa essa capítulo para outro texto, mas é fundamental pontuar que ações autoritárias vêm de todos os lados. E nós não aceitaremos de lado algum. Continuaremos a ser resistência e constância, como as águas.

A estratégia maior foi a que aprendemos desde os navios negreiros: nos mantermos juntas. Somar com os brancos antirracistas, que entendem que precisamos alternar o protagonismo, que nosso projeto de mundo é para todas as pessoas. Portanto, se abracem e se permitam aprender outra forma de pensamento e cosmovisão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>

GUALBERTO, Ana Emília Martins. **IDENTIDADES E DIREITOS** – MULHERES LIDERANÇAS DOS QUILOMBOS DE BARROSO E JETIMANA, CAMAMU/BA. 2018. 104f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

GUALBERTO, Ana Emilia Martins. COLUNA OPINIÃO – Sobre a luta cotidiana de ser mulher negra. **Observatório Quilombola**, 06 mar.2020a. Disponível em: <<https://koinonia.org.br/oq/2020/03/06/sobre-a-luta-cotidiana-de-ser-mulher-negra/>>. Acesso em 27 de março de 2020.

GUALBERTO, Ana Emilia Martins. COLUNA OPINIÃO – Sobre nossas identidades. **Observatório Quilombola**, 20 mar. 2020b. Disponível em: <<https://koinonia.org.br/oq/2020/03/20/sobre-nossas-identidades/>>. Acesso em 4 de abril de 2020.

SERRA, Ordep. (Org). **Laudo Antropológico** – Exposição de motivos para o tombamento do conjunto monumental do KweVodunZò, OrdepSerrra, Serge Pechiné, Adelson de Brito, Bruno Andrade, Celso Cunha, Larissa Fontes, Caetano Portugal, DofonoHunxi Martins, Marivalter da Silva Junior. Salvador, BA, 2015.

NJERI, Aza. Vamos falar sobre Mulherismo Africana? **ALMAPRETA.COM**, 2020. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/vamos-falar-sobre-mulherismo-africana>>. Acesso em: 28 abr. 2020.



Foto: Néle Azevedo. A história não é o terreno da felicidade. Bahia, Brasil. 2013.

Início as minhas palavras dando meu agradecimento ao convite lançado [pela] equipe do Boletim do Observatório da Diversidade Cultural. Pra mim, é uma grande honra estar participando dessa entrevista, fazendo parte desse documentário tão importante, [que] traz a voz da mulher brasileira, de uma indígena que pra maioria do público acha que os indígenas ainda estão na pré-história. (...)

[Nas últimas semanas, além dos problemas de falta de sinal de telefone e de internet], estava com bastante demanda na aldeia, e também meu paizinho que já tem noventa e nove anos, esse ano já completa cem, estava muito doente, agora minha mãe também está doente, e eu fiquei muito desligada do celular (...). Mas vou responder [todas as perguntas da entrevista] do meio da Floresta. (...) Não quero ficar de fora dessa edição. Para mim, é sempre uma honra participar de conferências, falar um pouco da minha trajetória, da minha família, da minha aldeia e [sobre] o mundo o qual estamos vivendo hoje.

Eu só tenho que agradecer mesmo a oportunidade por estar participando dessa entrevista feita pelo Boletim. Me sinto muito honrada mesmo. Gratidão e shava shava.

Mukani Shanenawa^()*

(*)Mukani Shanenawa é Cacica e Pajé da aldeia Shane Kaya, aldeia composta em 90% por mulheres e localizada no município de Feijó, no Estado do Acre, na região Norte do Brasil.

MULHERES INDÍGENAS, LIDERANÇA FEMININA E ANCESTRALIDADE

Mukani Shanenawa

*Como sinalizado brevemente na fala de abertura, nossa entrevista com a **Mukani Shanenawa** teve algumas especificidades. Os contatos e a realização da entrevista com Mukani se deram por telefone, via aplicativo de mensagem ('Whatsapp'), entre os meses de abril e maio, período em que o Brasil iniciava uma guerra de enfrentamento contra a Covid-19. A região Norte e o estado do Amazonas foram os primeiros no país a enfrentarem graves situações de saúde pública em decorrência da pandemia, com o vírus atingindo inclusive comunidades indígenas isoladas na Floresta Amazônica. É também na região Norte, no Estado do Acre, localizada no município de Feijó, que fica a aldeia Shane Kaya, onde vive e de onde nos fala Mukani Shanenawa.*

Com problemas de internet e de sinal telefônico agravados pelo isolamento social em função da pandemia, os contatos com Mukani foram limitados e, infelizmente, nem todas as perguntas foram possíveis de ser respondidas antes de fecharmos esta edição. O relato oral de Mukani, enviado por meio de áudios - forma escolhida pela entrevistada para responder às questões -, foi transcrito e é apresentado a seguir. Mukani nos fala, direto da Floresta Amazônica, sobre sua história, liderança feminina, ancestralidade, participação em espaços de militância política fora da aldeia e sobre a situação do povo Shanenawa nesse cenário de pandemia.

Coordenação Editorial do Boletim ODC

Boletim ODC: Mukani Shanenawa, além de liderança política e espiritual, você também é formada em pedagogia e se tornou professora na aldeia Shane Kaya¹. Gostaríamos de abrir essa nossa entrevista ouvindo de ti a respeito da sua trajetória e que ações têm sido feitas na sua aldeia para divulgar e fortalecer a cultura de seu povo.

Mukani Shanenawa: Sou Mukani Shanenawa, sou cacica, também sou pajé da aldeia Shane Kaya, localizada no município de Feijó, Acre. Tenho minha formação em pedagogia, não foi fácil eu falar hoje que sou uma pedagoga, pois encontrei vários desafios durante os cinco anos [da graduação], em que eu saía de casa, todos os dias de segunda a sábado, [às] cinco horas da manhã, e voltava para casa [por volta das] oito horas da noite. Deixava os meus filhos em casa e isso me trazia uma grande preocupação. Mas dentro dessa preocupação eu tinha também que ver um lado positivo, que era [o de] estudar e trazer o estudo de volta à minha comunidade *Shane Kaya*, para os meus filhos, meus sobrinhos, minhas irmãs, meus irmãos e, futuramente, meus netos.

Dentro da aldeia *Shane Kaya* são promovidos os festivais culturais que mostram [e contribuem com] o fortalecimento da cultura *Shanenawa*. Esses festivais são divulgados e neles se encontram não só povos indígenas, os povos originários, mas também outros povos. Povos “brancos” de outros estados, de outros municípios, que vêm para prestigiar e compartilhar aquilo que há de melhor junto com nós da aldeia *Shane Kaya*.

A tradição de seu povo é que a liderança da aldeia seja passada de pai para filhos. Na sua família nasceram apenas mulheres, o que fez com que seu pai, o antigo cacique e pajé Shoayne², passasse a função para uma liderança feminina. A tradição masculina também é observada quanto à liderança espiritual, pois apesar de a mulher indígena sempre ter exercido um papel importante no contexto de cura, como benzedoras, parteiras e na assistência ao pajé, a atuação da pajelança em si, como pajé, é uma prática que também era reservada somente aos homens. A aldeia Shane Kaya tem a particularidade de ser uma aldeia feminina,

1 Na língua do tronco linguístico Pano, Shane Kaya significa “pássaro verdadeiro” ou “povo verdadeiro”. Shanenawa, por sua vez, seria “povo do pássaro azul” (shane, “pássaro azul”, e nawá, “povo”).

2 Shoainê ou Shuayne.

composta em 90% por mulheres, portanto, um lugar de potente força feminina. Suas irmãs já assumiram o comando como cacicas da aldeia, sendo você a atual cacica além de também ser pajé. Nos conte como se deu essa passagem do comando da liderança política para as mulheres na sua aldeia. Como essas duas esferas, política e espiritual, estão relacionadas ou se influenciam para esta mudança de liderança da aldeia feita por mulheres?

A liderança feminina é uma tradição que vem desde nossos antepassados. Antes de receber esse cargo de cacique eram somente os homens que poderiam fazer tudo isso. Mas hoje não. Hoje eu acredito que nós, filhas de pajé *Shoayne* e dona *Txirá* parteira, viemos para fazer a modificação, para mudar o nome do povo *Shanenawa*. Com má sorte ou uma sorte imensa que jamais outra pessoa pode ter dentro do povo *Shanenawa*, nascemos só mulheres. Somos seis irmãs mulheres. Meu pai tem um filho homem (...), mas já é de outro casamento. Meu pai, *Shoayne*, é o *Tuxawa*³ do povo *Shanenawa*. Então, esse cargo de cacique é hereditário e, quando meu pai não quis mais assumir esse cargo de cacique, repassou para minha irmã mais velha, *Nawa Shahu*.

Minha irmã *Nawa Shahu* começou a trabalhar nesse cargo em uma aldeia em que a gente morava antes, chamada Morada Nova, que fica bem em frente ao município [de Feijó]. Antes, essa aldeia já estava quase conhecida como segundo bairro de Feijó, por ser muito próxima, e a cultura não-indígena já estava muito envolvida no nosso dia-a-dia. *Nawa Shahu* trabalhava de cacica e liderava onze aldeias. Então já começou daí. Também não foi um cargo fácil, [pois era difícil] fazer com que o machismo diminuísse em relação à liderança feminina. Então, ela foi cacica da aldeia Morada Nova por [um] longo tempo.

Depois, através de uma medicina sagrada *Uni*⁴, que a gente a consagrou [*Nawa Shahu*]. Meu pai, por ser um pajé da medicina tradicional, consagrou a medicina conosco e a natureza nos chamou, fez o nosso chamado pra gente fundar a aldeia *Shane Kaya* para revitalizar cada vez mais a nossa cultura, no modo geral, nosso vestuário, [nosso] artesanato,

3 *Tuxawa* ou *Tuxaua* é uma palavra de procedência Guarani que designaria o chefe político de maior grau de um grupo indígena.

4 *Uni* está relacionada ao uso medicinal e sagrado de uma bebida feita com cipó e outras ervas popularmente também conhecida como *Ayahuasca*.

nossa fala, que é a língua materna, nossa culinária e tudo aquilo que nos envolve. Ao fundar a aldeia *Shane Kaya*, a primeira cacica foi minha irmã *Pukashaya*, conhecida como Edina Shanenawa.

[Na aldeia *Shane Kaya*], a gente começou a trabalhar cada vez mais na coletividade, [pois] unidas seremos mais firmes e fortes. Colocamos sempre o provérbio “Se Deus é por nós, quem será contra nós?”. Será que os homens serão contra nós? Não, [eles] estão mostrando o contrário. E a *Pukashaya* é uma pessoa bem política, tanto no mundo não-indígena quanto no mundo indígena, é uma pessoa que batalha muito.

Em agosto de 2019, foi realizado, em Brasília, o 1º Fórum Nacional das Mulheres Indígenas. O evento teve início no dia 09 e foi finalizado no dia 13, quando aconteceu a 1ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, com o tema “Território: nosso corpo, nosso espírito”. No dia seguinte, 14 de agosto, ocorreu a tradicional Marcha das Margaridas, manifestação realizada desde os anos 2000 por mulheres trabalhadoras rurais, e nesta ocasião fortalecida pela presença das indígenas. Mukani, você e suas irmãs estiveram nesse momento histórico para a visibilidade política das mulheres indígenas. Por favor, nos conte sobre a participação de vocês nestas Marchas e, se possível, destaque algumas pautas de luta das mulheres indígenas debatidas. Por que é importante para vocês mulheres e lideranças indígenas estarem nestes espaços de mobilização política fora das aldeias?

Em agosto de 2019, fomos participar da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. Fomos *Sapuani* e *Pukashaya* e eu. Fomos [as] três irmãs representando o Acre e em especial a nossa aldeia *Shane Kaya*. Foi um Fórum de grande importância, que mostra que não só mulheres do Acre, mas mulheres de *Shane Kaya* são capazes de mostrar que somos fortes e guerreiras para dar continuidade às nossas atividades.

A Marcha das Mulheres Indígenas foi pra mostrar para o mundo inteiro que a mulher não nasceu só para afazeres domésticos. Mulheres nasceram também para fazer a modificação no mundo. Se não existisse mulher, como que seria o mundo? Como que seria o homem sem a mulher? E a mulher sem o homem também? Então, juntando as duas parcerias a

gente consegue trabalhar com mais rapidez e conseguimos alcançar o nosso objetivo único. Mas poucos homens dão essa importância, né?

[Na marcha] tiveram mulheres fortes do mundo inteiro. Apesar de que algumas, dentro dos seus relatos, falavam que muitas delas estariam naquele local porque os seus esposos não estariam em casa, não estavam na aldeia, ou estavam fazendo outra atividade fora da aldeia e, por isso, elas tinham ido, porque era uma oportunidade que elas tinham para mostrar que elas também eram capazes.

Então, a Marcha das Mulheres Indígenas foi, é, e sempre será de grande importância. Por isso, eu acho muito importante não ser só a primeira, mas que possam acontecer muitas e muitas vezes de nós mulheres indígenas nos juntarmos para mostrar como nós temos também a potencialidade de fazer as atividades funcionarem.

Para mim, foi um grande aprendizado, porque foi a primeira vez que eu tive que sair do Acre, sair para fazer essas atividades com minhas irmãs, a *Edina Shanenawa* e a *Sapuani*. Saímos nós três e fomos em busca de mostrar o nosso trabalho também para fora do Acre, fora da nossa aldeia. Para mim, foi muito importante mesmo, só tenho que agradecer primeiramente à *Nuke Epa Iripã*, que é Deus, nosso pai Deus, segundo à minha irmã *Pukashaya*, e também à nossa grande amiga Marcela, que fez a vaquinha on-line, fez com que captássemos recursos para que a gente pudesse chegar até lá. Não foi algo fácil, que foi dado, como diz aquele provérbio brasileiro, “não foi de mão beijada” que a gente conseguiu as



passagens para ir participar da Marcha das Mulheres Indígenas.

Em seguida, participamos também da Marcha das Margaridas, [na qual] a gente teve a interação, a socialização com as mulheres não-indígenas. Para mim, também foi muito importante porque [na oportunidade, falamos] sobre saúde, educação, o reconhecimento do trabalho das mulheres tanto no artesanato, na agricultura e em tudo aquilo que nos envolve. Nós, mulheres, não nascemos para só fazer algo que muitos dos homens querem que as mulheres façam. Nós nascemos também para mostrar que somos capazes de ser professoras, médicas, de trabalhar em editoras, de dizer que “eu sou mulher e eu sou capaz de fazer tudo aquilo que vem, que Deus me ordena, e que eu farei, que nós faremos com muito respeito e, acima de tudo, com carinho”. Porque se não for um trabalho feito com carinho, não sai um trabalho de qualidade. Eu só tenho que agradecer mesmo essa oportunidade [de ter participado dessas Marchas].

Para finalizar, você pode nos contar como está a aldeia Shane Kaya nestes tempos de pandemia?

Com o surgimento da Covid-19 – sabemos que essa pandemia não está sendo fácil para o mundo inteiro, e, em especial, para a população indígena e as pessoas de baixa renda. É uma doença que requer muito resguardo das pessoas em casa – nós aqui na aldeia *Shane Kaya* fizemos uma reunião em que todos entraram em acordo para não sair para a cidade.

Então, a nossa sustentabilidade aqui dentro não está sendo tão fácil, mas também não tão difícil, porque aqui a gente planta bastante para nossa sustentação. Por outro lado, eu falo que não está sendo fácil porque no mundo que nós estamos hoje não é mais o dos nossos antepassados. Antes de terem o contato com o povo não-indígena, [eles] comiam sem o sal, sem o óleo, sem algum tempero. Então, [nossos antepassados] comiam coisas mais naturais, alimentos extraídos da natureza, porque ainda não tinham tido esse contato. Mas com a colonização e a escravidão que o povo *Shanenawa* sofreu, como meu pai nos conta nas suas muitas histórias, [nossos costumes foram violentamente transformados].

Para o povo *Shanenawa* começar a falar o português, por exemplo, sofreu muita escravidão. [Ninguém] podia falar no seu idioma porque as pessoas [os colonizadores] batiam muito até tirar o sangue, muitas das vezes chegavam a matar. E, para sobreviver, meu pai conta que tinha que comer comida temperada com sal. Por não ter esse hábito de comer alimento temperado, muitos dos índios acabavam falecendo. Então, tem todo esse processo de longa data. A colonização fez com que a gente comesse hoje os alimentos industrializados. Então, não tem como fugir dos alimentos industrializados. E a gente está passando por essa dificuldade e essa necessidade de ter que ir para a cidade comprar algum alimento que vem de lá. A gente ainda não tem o açude, por exemplo, pra tirar o peixe. Então, [como a gente precisa sair da aldeia e se deslocar até a cidade], está sendo um pouco difícil nessa questão.

O recurso que a gente captava também era através da nossa venda de artesanato, de vivências feitas dentro da *Shane Kaya*. Com o surgimento da pandemia, está tudo paralisado. Não temos mais como vender nossos artesanatos e nossa produção agrícola para comprar aquilo que nós não produzimos dentro da aldeia, como já coloquei, por exemplo, com os alimentos industrializados. Hoje a gente não pode fugir do mundo da tecnologia. O mundo que traz tanto o tradicional quanto o ocidental para dentro da cultura indígena.

Dentro da aldeia, nós estamos nos resguardando o máximo que podemos. Para ir para a cidade fazer alguma coisa, tipo comprar alguma alimentação, só tem que ir uma pessoa. Ela passa nas casas fazendo a lista do que precisa comprar e uma pessoa vai, compra e, quando chega na entrada do ramal, entra em comunicação e as pessoas procuram um meio de carregar a alimentação para dentro da aldeia. Então, está sendo muito difícil nessa questão de captação de recursos, geração de renda para dentro da aldeia, para a família *Shane Kaya*. Mas quanto ao restante das coisas, graças a Deus, a gente está levando na melhor forma possível.

É um processo que não é fácil, que a população, de modo geral, está passando. É algo que traz uma grande preocupação, que acaba mexendo com o psicológico da maioria das pessoas. Vamos colocar Deus, primeiramente, diante de todas as coisas que possam acontecer tanto de bom e ruim nas nossas vidas.



Foto: Nélce Azevedo. Monumento mínimo: arte como emergência. São Paulo, Brasil. 2016.

NANDA

Em 2012, comecei a ter contato com o universo e as questões LGBTQIA+, me descobrindo bissexual/pansexual e começando a me interessar por atividades do gênero em Belo Horizonte. A partir daí me tornei militante pela causa, mais especificamente das pessoas bissexuais, e desde então participo de diversas atividades como congressos, seminários, mesas, rodas de conversa e afins, com coletivos e grupos, ou de forma independente. Em algumas das atividades que participo, me encarrego de abordar a perspectiva das mulheres bissexuais e, também, relatar minha experiência. Durante a minha graduação, me interessei pela questão da bissexualidade por uma perspectiva acadêmica e comecei a pesquisar o tema, que levei para o mestrado em 2018. Assim, tenho a trajetória mais antiga com a militância e a trajetória iniciante com a pesquisa.

Nanda Rossi^()*

(*)Nanda Rossi é mestranda em Comunicação Social pela PUC Minas e tem seus estudos voltados à bissexualidade em articulação a temas como o apagamento, a representação midiática e a luta por reconhecimento.

BISSEXUALIDADE, RECONHECIMENTO E FEMINISMO

Nanda Rossi

Boletim ODC: Nanda, você tem pesquisado a respeito da representação de personagens não-heterossexuais, especialmente bissexuais, em obras literárias e produções audiovisuais. Dada a relação de mútua constituição entre o político e o estético, seria possível identificar elementos que desenhem fronteiras entre representações libertárias, que contribuem para o reconhecimento dessa população, e aquelas que reforçam o olhar que a estigmatiza, rechaça ou mesmo patologiza?

Nanda Rossi: O debate da representação é delicado porque costumamos pensar que a ficção consegue e deve dar conta de toda a complexidade da realidade, o que não é verdadeiro. Uma representação, em caráter ficcional, pode e deve tratar da realidade, visto que é um relacionamento antigo e constitutivo, mas nós, como público, não devemos aguardar o dia em que uma representação perfeita e completa chegará. O que quero dizer com isso é que não está nas mãos da representação resolver todos os problemas ou explicar eficientemente toda a completude de uma experiência bissexual, mas que valem seus passos e tentativas, valem seus acertos. E vale, sobretudo, a prática constante da crítica dessas representações, mais próximas ou mais distantes de alguma experiência bissexual, mais agressivas e vexatórias ou mais respeitadas e auxiliadoras. E digo “alguma experiência bissexual” justamente por reconhecer, tanto os limites da representação, quanto a diversidade da experiência bissexual.

Fazer a crítica das representações, com a necessária vontade de sua evolução, mas ser também ciente de que sua perfeição é inalcançável, é uma prática de respeito à bissexualidade como um todo. Agora, após essa reflexão, posso dizer que algumas práticas são mais comuns em algumas representações que em outras. Dois exemplos podem ser o uso de estereótipos e a narrativa do apagamento. Representações que parecem

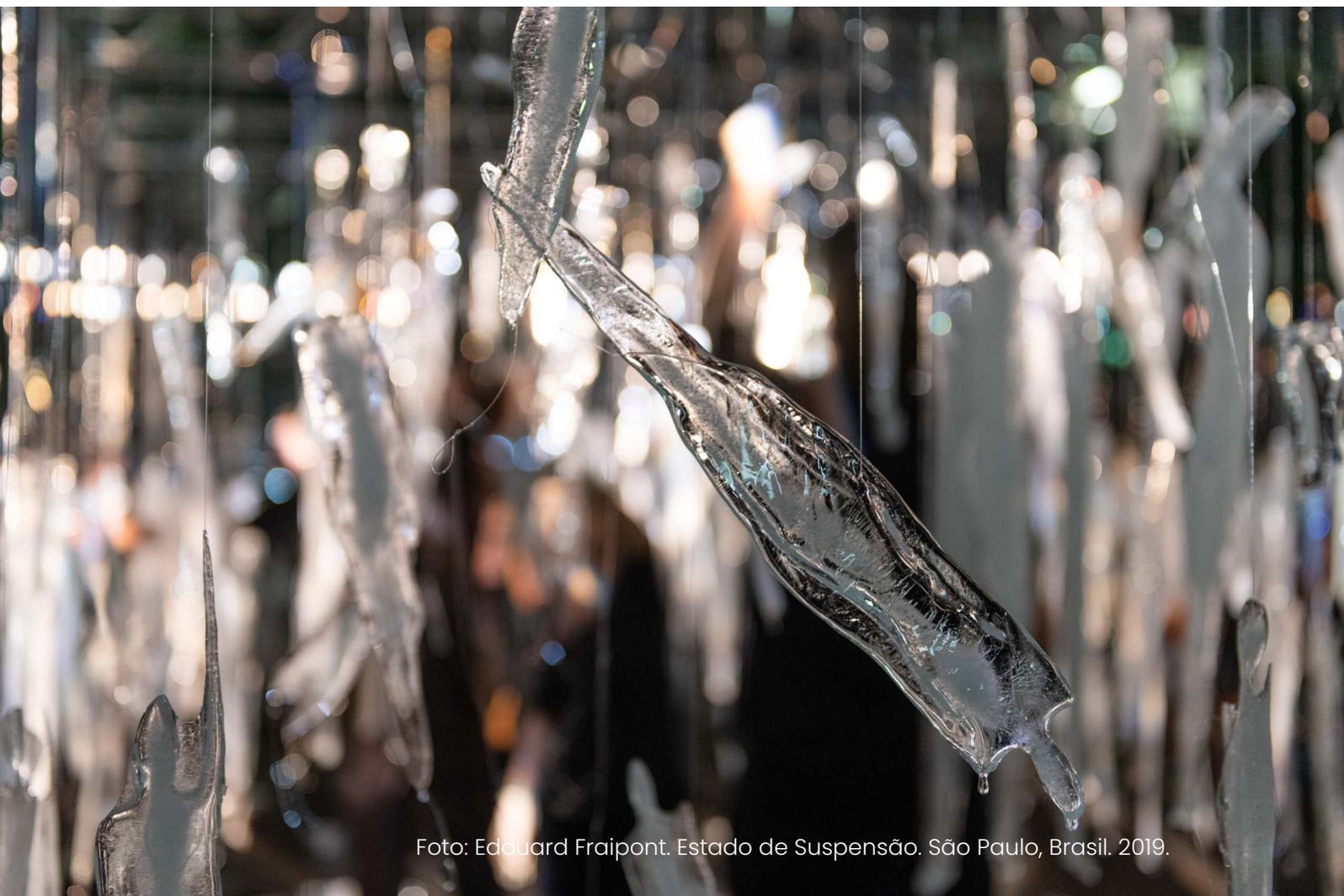
não se preocupar com uma visão respeitosa da bissexualidade costumam abusar de estereótipos de forma acrítica em suas narrativas, reduzindo a um extremo personagens e tramas que poderiam ser tratadas com maior complexidade – mesmo que não seja a mesma da realidade. Outra prática comum é o apagamento na narrativa, em que não se retrata ou se ignora a bissexualidade que parecia óbvia em algum momento da trama ou que até mesmo foi trabalhada, declarada e por fim apagada, esquecida e abandonada. Em algumas narrativas percebo a bissexualidade, quando (e se) presente, como um artifício de captação de interesse que não necessariamente merece o respeito de sua evolução, de sua conclusão, de sua amarração e, muitas vezes, acaba sendo deixada em uma frase de uma cena de humor, em uma frase de uma personagem que precisava de acontecimentos interessantes ou, até mesmo, debochada do início ao fim de algumas obras. Boas estratégias de representação podem, por exemplo, assumir e elevar a narrativa da bissexualidade a uma centralidade e importância, de forma respeitosa. Podem usar os estereótipos de forma subversiva, os zombando, criticando ou até os assumindo, podendo colocar um tom positivo em comportamentos vistos como repugnantes. Podem, enfim, assumir sua imperfeição, trazer em suas formas e conteúdos uma honestidade de suas limitações em tratar daquela população. E nós, ao mesmo tempo, também podemos assumir uma postura exigente, crítica e politizada diante das representações, ao mesmo tempo que entendemos e aceitamos que elas fazem um trabalho importante ao retratar aquilo com o qual, muitas vezes, não temos contato e, ao formar o nosso cotidiano, mesmo que não o represente perfeitamente.

No campo da produção de conhecimento sobre a bissexualidade há quem argumente que uma das especificidades do preconceito enfrentado por pessoas bissexuais diz respeito ao apagamento identitário. Também alvo de violências físicas e simbólicas, outras identidades sexuais dissidentes, como gays e lésbicas, são reconhecidas mesmo que o intuito seja invisibilizá-las. Uma das facetas da bifobia seria, então, a desqualificação da subjetividade bissexual, uma vez que essa seria uma orientação inexistente ou, no máximo, transitória. Gostaríamos de saber sua opinião acerca desse debate. Há elementos de interseção entre

estas pautas e as feministas? Quais os tensionamentos e convergências entre a luta LGBTQIA+ e a bissexual?

As orientações monodissidentes como a bissexualidade são orientações que possuem um caráter não-binário, ou seja, que aparecem como elemento estranho em um sistema de gênero e sexualidade construído em binários opostos como homem versus mulher e heterossexual versus homossexual, em que um eixo dominante oprime o outro eixo. A opressão que sofre, portanto, se dá tanto por sua inadequação à heterossexualidade quanto e, ao mesmo tempo, por ser um elemento estranho, surpresa, inesperado e que bagunça esse sistema estabelecido e organizado de forma dicotômica. Se acreditamos que uma visão binária e cisgênera de gênero e sexualidade é correta e faz sentido para explicar a experiência humana, por consequência acreditamos ser difícil ou impossível a existência da bissexualidade e de outras formas de gênero e sexualidade que não pertencem a um eixo ou outro.

É importante afirmar, como apontado na pergunta, que ser reconhecido como um dos elementos na dinâmica binária de gênero e



sexualidade não quer dizer estar bem, ter garantidos os seus direitos e ser equivalente aos que te oprimem, de forma alguma a intenção passa por aqui. O ponto, se tratando de uma conversa sobre bissexualidades, é perceber que as tentativas constantes de seu apagamento e demais discriminações se originam a partir de uma concepção que ela não pode ou não deveria existir por não fazer sentido em um sistema organizado dessa forma. Em alguns espaços de militância que conheço, participo ou já participei, vejo como pautas em destaque a discussão de temas como sofrimento ou experiência comuns, a afirmação da identidade, a negação dos estereótipos e o combate ao preconceito e à opressão em geral. Acredito que podemos debater alguns temas com mais profundidade e postura crítica, como o combate aos estereótipos, por exemplo, que podem criar, mesmo sem intenção, uma divisão entre “bons bissexuais” (aqueles que não se aproximam das práticas apontadas pelos estereótipos) e “maus bissexuais” (aqueles que coincidem com as práticas apontadas pelos estereótipos e “atrapalham” o seu combate).

Hoje também percebo a necessidade de expandir nossas discussões para além da afirmação da identidade. Acredito em um movimento bissexual forte em si mesmo, mas também consciente e combativo com as estruturas que constituem uma forma de vida em sociedade que nos oprime. Ou seja, acredito que a crítica ao capitalismo, ao sistema binário de gênero e sexualidade, à heteronormatividade, ao cissexismo, ao racismo e outras conformações devem ser sempre lembradas e devem pautar uma luta bissexual, que deve conseguir abordar esses assuntos a partir da bissexualidade e que, não por isso, deixa de se voltar para dentro, falar bastante de si, aliviar os sofrimentos e combater sua discriminação. São posturas complementares e não opostas ou excludentes. Nesse sentido, encontro diversos elementos em comum entre a luta LGBTQIA+ em geral e a luta feminista, além, é claro, das interseções presentes em algumas vivências bissexuais, como a de uma mulher bissexual, por exemplo. Ao mesmo tempo, enxergo e vivencio os tensionamentos entre essas lutas que, da perspectiva da bissexualidade e em sua defesa, acabam por estigmatizar, excluir e expulsar esses integrantes monodissidentes.

O exercício das liberdades sexuais é uma das pautas dos movimentos feministas e LGBTQIA+, ainda que conformada por diferentes matizes. Entretanto, as mulheres bissexuais são recorrentemente expostas a um olhar que as objetifica e fetichiza, resultante de da construção de um imaginário da bissexual “promíscua” e “hipersexualizada” predisposta a realizar os desejos do homem cisgênero heterossexual. A relação entre esse construto e a erotização da bissexualidade é acionada com frequência nas reflexões contra o assédio e a violência sexual aos quais as bissexuais estão expostas. Diante desse contexto, você considera possível à mulher bissexual viver sua sexualidade livremente e não coadjuvar o lugar da “mulher objeto”? Você acredita que o exercício da reflexão e expressão das liberdades sexuais, em confronto com o patriarcado, pode contribuir com a construção de saberes feministas?

Acredito que a busca por uma liberdade sexual plena das mulheres bissexuais não deva ser interrompida ou recuada por medo da estigmatização de seus próprios corpos e comportamentos, mas compreendo que é algo que ocorre frequentemente e enxergo esse movimento como injusto. As pessoas bissexuais ou monodissidentes, em geral, são acusadas com frequência de serem culpadas pelo seu próprio sofrimento e discriminação. São acusadas de terem escolhido a bissexualidade e, como consequência ou punição, estão cientes que vão sofrer e não deveriam reclamar. Não é algo que vejo como novo e não é algo que vejo como certo, mas, ciente disso tudo, entendo os motivos pelos quais uma mulher bissexual se privaria de sua liberdade sexual, totalmente ou em partes, por medo de ser responsabilizada pela fetichização da qual ela própria e seu grupo sofrem. Se a expressão da liberdade sexual de uma mulher bissexual pode ser vista como um ato de “coadjuvar o lugar da mulher objeto”, penso que provavelmente qualquer resposta de quem se encontra nessa cruel armadilha é legítima.

Em suas diferentes dinâmicas, a sexualidade das mulheres, *cis* ou *trans*, das pessoas trans em geral, das pessoas negras e demais grupos é vista como propriedade a serviço de outros grupos. Inclusive, há diversas pessoas bissexuais que também compõem outros grupos fetichizados, como os que citei aqui, por exemplo. Até que ponto ou em que momentos

da luta feminista, como questionado, ou também da luta LGBTQIA+, a discussão do exercício da sexualidade livre é uma tentativa honesta de debate da nossa responsabilidade ou estratégia na forma que tratamos a questão da sexualidade em nossas lutas ou até que ponto e em que momentos ela é, por sua vez, um julgamento moral e uma dificuldade entranhada de discutir esses temas de forma aberta e honesta? Enxergo os dois momentos na minha experiência como mulher bissexual, nos espaços que frequentei e frequento, mas posso dizer que o julgamento moral disfarçado de debate político honesto é o que mais encontrei e encontro em cima dos corpos e comportamentos das mulheres bissexuais. O interesse pela nossa sexualidade poucas vezes é um interesse em sua libertação ou na denúncia de sua fetichização e, muitas vezes, é uma curiosidade fetichizadora ou acusatória, com o intuito de desacreditar toda e qualquer denúncia com base na vida sexual de quem fala ou se expõe.

Nos últimos anos a extrema direita tem ampliado seus terrenos no cenário político brasileiro e, com isso, empreendido políticas e construído normativas contrárias à afirmação das liberdades e dos direitos cidadãos. Nesse cenário de embate legal, político e simbólico, quais desdobramentos você identifica no campo das articulações de movimentos e instituições que têm como propósito a afirmação dos direitos da população LGBTQIA+, especialmente das mulheres bissexuais? No horizonte de possibilidades, que estratégias ou pautas você acredita que devam ser prioritárias frente à disputa discursiva e às ameaças postas por esse governo?

Vejo que chegamos em uma situação em que o debate sobre essas questões recuou para um nível baixo, ignorante e triste, em que absurdos protagonizam o discurso político e simbólico. Lamento ainda mais por todas as minorias oprimidas, atacadas e vulneráveis nesse momento. Na minha percepção, enxergo movimentos e instituições que têm como propósito a afirmação dos direitos da população LGBTQIA+ como situados em um momento difícil em que muitos acabam cedendo às armadilhas e estratégias de uma racionalidade e políticas neoliberais

que, por sua vez, se interessam em cooptar movimentos, reduzi-los a uma visão mercadológica e empresarial e enfraquecer seu potencial político, nos entregando supostas conquistas a um grande preço. Vejo como necessidade uma postura declarada e primeiramente anticapitalista, antirracista e feminista em movimentos LGBTQIA+ e, especificamente para as mulheres bissexuais, um fortalecimento e parceria com outras pessoas bissexuais e com outras mulheres, ainda que seja de grande dificuldade a construção dessa solidariedade e parcerias políticas. Desejo também que possamos compreender que nossa libertação não se conquista unicamente com a solução dos problemas de representação e representatividade, que possamos colaborar em união a demais minorias e que mantenhamos, antes de qualquer coisa, o espírito, a postura e a prática revolucionárias, em honra ao que a bissexualidade representa.

Para finalizar nossa entrevista, você gostaria de discorrer sobre algum tema ou pauta sobre a qual não perguntamos?

Um assunto que abordo recorrentemente e que se fez ainda mais presente em meus pensamentos nos momentos de isolamento social, devido à pandemia do Covid-19, é a saúde mental das pessoas bissexuais. Ambos prejudicados pela invisibilidade, doença mental e bissexualidade são colegas frequentes e eu gostaria de defender a importância da discussão sobre a saúde mental das pessoas bissexuais. O sofrimento mental, muitas vezes menosprezado, é parte relevante e triste da experiência bissexual, também menosprezada em si mesma e nesse aspecto. Desejo atenção, respeito e solidariedade às pessoas bissexuais em todos os aspectos de sua orientação, mas também neste, e desejo saúde para poder viver e lutar. No mais, agradeço a oportunidade dessa entrevista. Me sinto honrada e feliz cada vez que posso falar desse assunto.



Foto: Angela Barbour. Monumento Mínimo. São Paulo, Brasil. 2013.

ANDREIA

A militância, por exemplo, ela é um caminho provável para quem compreende que todo ato humano é um ato político e para quem é inconformada com as desigualdades tão agudas do mundo em que vivemos e vê na luta coletiva a única maneira possível de uma transformação radical da sociedade. Por este motivo, a organização coletiva – não só o ativismo independente – tem sido uma constante na minha trajetória, seja à frente da APEB – Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra, quando morei em Portugal em 2007/08, seja na formação e implantação do sindicato docente na UNILA.

Andréia Moassab^()*

(*) Andréia Moassab é arquiteta e urbanista, mestra e doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, com estágio de doutoramento pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo e no programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA. Presidenta do SESUNILA Seção Sindical do ANDES/SN na UNILA, gestão 2018–20.

PRODUÇÃO DO SENSÍVEL E DIREITO À CIDADE: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL FEMINISTA

Andréia Moassab

Boletim ODC: Gostaríamos que você começasse falando um pouco da sua trajetória como arquiteta e urbanista, acadêmica, docente, feminista e militante política de diversas frentes de luta.

Andréia Moassab: Essa não é uma pergunta fácil porque implica compreender as diversas camadas que formam nossas subjetividades. A minha formação é muito tributária dos estudos urbanos e do planejamento. Durante a graduação tive a oportunidade de estagiar em uma empresa pública, a EMPLASA [Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano], empresa voltada para o planejamento da região metropolitana de São Paulo, uma grande escola pra mim. Certamente, a experiência no serviço público forjou muito a minha formação e perspectiva profissional e de mundo. Ao colaborar naquilo que foi provavelmente a primeira sistematização das favelas da grande São Paulo, comecei a notar um completo desencontro entre os dados oficiais e a vida das pessoas. Nas cartas do IBGE, que eram completíssimas, as favelas simplesmente não existiam. Recém-formada fui trabalhar noutra empresa pública, a CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, a maior empresa habitacional da América Latina. Integrei a equipe responsável pela regularização fundiária de seus conjuntos habitacionais, um tema novo nos anos 1990. A gente estava dando os passos iniciais nesse debate.

Já o tornar-se feminista é um processo em constante construção, é difícil definir um marco temporal. Proponho começar com o relato de alguns episódios na minha vida profissional. Antes de ser professora universitária, além do trabalho nos órgãos públicos, em paralelo, fui consultora na área de planejamento urbano. Quando eu já tinha largo curriculum e experiência profissional, me dei conta de que certos episódios – os quais por uns

anos eu atribuí à jovialidade ou por ser recém-formada – já não podiam mais ser atribuídos a isso. Em uma reunião numa empresa pela qual eu coordenaria um plano diretor, íamos definir o cronograma das parcelas do meu pagamento. No entanto, a coordenadora do setor financeiro quis compreender melhor como seria o trabalho. Ela fazia as perguntas olhando para o meu assistente. Claro, ele era homem. Como ele não sabia responder, porque era eu quem coordenaria os trabalhos, ele olhava pra mim e eu, então, respondia a ela. Foram umas três perguntas assim. E era uma engenheira mulher! Veja como o patriarcado é tão enraizado na sociedade que ela sequer se deu conta da situação absurda. Outras circunstâncias foram igualmente aviltantes, até contrapropostas ofensivas aos meus honorários, que jamais seriam feitas a homens. Estes fatos foram muito marcantes. Por mais que saibamos que mulheres têm menor salário ou que o capitalismo se sustenta do trabalho doméstico não remunerado, era tudo bem teórico para mim naquela altura da vida. Foi na sequência daqueles episódios que me dei conta: “pera lá, isso sempre aconteceu não por eu ser recém-formada, mas porque sou mulher!” Foi quando me aproximei do feminismo, pois embora as questões fizessem parte do meu cotidiano, elas não estavam organizadas, nem eu fortalecida para reagir aos constantes ataques aos quais somos submetidas. Isso já tem uns vinte anos e segue até hoje. É uma construção contínua. Eu acho que a geração mais nova tem a vantagem enorme de perceber estes mecanismos de opressão mais cedo e poder se preparar para combatê-los mais cedo também.

Atualmente, eu diria que eu sou feminista e arquiteta e urbanista. O feminismo é a ferramenta que me orienta a estar no mundo, interseccionalizado, evidentemente, com a luta antirracista e classista, de uma luta para superação do patriarcado-racista-capitalista. Uma vez tendo essa compreensão, não tem um botão de liga-desliga, é meu estar no mundo, como penso e ajo em todas as dimensões da vida. É previsível, portanto, que isso tudo faça parte da minha trajetória de pesquisa e como docente.

Por fim, pra fechar a sua pergunta, é em Cabo Verde, onde morei e trabalhei quase quatro anos, que a docência deixa de ser uma prática esporádica e inicio minha carreira como professora. Eu diria que foi num

contexto muito apropriado por um lado para compreender o racismo institucional e acadêmico, nomeadamente das universidades do Norte que impõem suas agendas no Sul. E, por outro lado, para perceber como aquele universo não estava isento de machismo. São todas camadas sobrepostas, vivências e reflexões que se retroalimentam, que constituem minha práxis como mulher-mãe-profissional-pesquisadora-feminista-antirracista-classista e voltada para a América Latina. Com a minha vinda pra UNILA compreendi, ainda, com muita clareza, o quanto a história dessas opressões são constitutivas do capitalismo e o quanto este é tributário da invasão das Américas e da conseqüente racialização do mundo que estruturou as bases da exploração da sociedade nos últimos cinco séculos.

Andréia, conta um pouco do projeto político-pedagógico do curso de arquitetura e urbanismo na UNILA - Universidade Federal da Integração Latino Americana, que você coordenou. Sabemos que ele busca romper a hegemonia normativa dos cursos, em grande medida nortecentrados, urbanocêntricos, brancos, patriarcais e voltados para o mercado da construção civil. Por que é urgente pensar um ensino de arquitetura e urbanismo decolonial que faça emergir outros saberes e fazeres que passem pelas clivagens de gênero, raça e classe?

Se buscamos preparar profissionais aptos e aptas a darem respostas ao seu tempo, não vejo como é possível seguir formando arquitetos e arquitetas, sobretudo no Sul, que continuem reforçando, por meio do desenho do espaço e das cidades, as opressões de gênero, sexualidade, raça e classe. A modernidade ocidental produziu uma arquitetura não apenas eurocentrada, mas feita a partir de uma perspectiva masculina, heteronormativa, branca, burguesa, urbana, adultocêntrica e etarista. De um modo geral, essas áreas têm sido bastante conservadoras e, via de regra, instrumentalizadas pelo capitalismo. O Urbanismo, enquanto disciplina, nasce no século XIX com o objetivo de ordenar o rápido crescimento urbano das cidades decorrente da emergente industrialização. No século XX, a cidade modernista materializada em Brasília é, igualmente, excludente e a serviço do capital. Dito de outro modo, imersa numa tradição acrítica e eurocêntrica de ensino ou, pior, despolitizada, a nossa atuação profissional

acaba por colaborar para a reprodução e manutenção do patriarcado-racista-capitalista.

Propor um curso de arquitetura e urbanismo na América Latina, a partir da América Latina, implica tensionar o ensino e a prática profissional do último século, para poder avançar em direção a uma formação pautada em solucionar os principais problemas do subcontinente que cabem à área: uma educação voltada para emancipação humana, guiada pelo direito à moradia, com respeito à adequação cultural, pelo direito à cidade e ao território. Nesse ponto, tem sido fundamental a familiaridade com o pensamento decolonial, a teoria marxista da dependência, o pensamento latino-americano em ciência, tecnologia e sociedade, e com os e as intelectuais negros e negras do subcontinente. Trata-se de um arcabouço teórico primordial para tirar a área do lugar comum e provocar questões sobre os modos de morar, numa compreensão alargada da relação étnico-racial com o espaço ou para recentralizar a história da ocupação do território na América Latina a partir da espacialização da violência colonial. Nosso esforço é descortinar como se dá a racialização do sistema-mundo moderno-colonial na arquitetura, nas tecnologias construtivas e na ocupação dos territórios. O que venho fazendo é, por conseguinte, uma sociologia das ausências, como diz Boaventura de Sousa Santos. Procuramos descolonizar o ensino de arquitetura e urbanismo com o objetivo de constituir uma ecologia de saberes construtivos próprios da América Latina. Ressalte-se que não faço isso sozinha, além dos alunos e alunas, o curso na UNILA aproximou pessoas que partilham dessa perspectiva e interesses. Numa universidade tão singular como essa, teria sido irresponsável seguir reproduzindo acriticamente o perfil usual das escolas de arquitetura e urbanismo.

Apesar de ser extremamente inovadora em termos de arquitetura e urbanismo, essa não era uma reflexão nova para mim. Eu já vinha fazendo um exercício de pensar a nossa área profissional em Cabo Verde.

Quando voltei ao Brasil, dessarte, estava nítida para mim a importância da obra de Fathy e dos ensinamentos de Lina Bardi, com seu diálogo entre o moderno e o popular. Para conceber o curso na UNILA, me aproximei da obra de Sérgio Ferro e sua compreensão do objeto arquitetônico como parte de uma produção de mais-valia sobre o território. A tradição ladrilleña

encampada pelo uruguaio Eladio Dieste, voltada para desenvolver edifícios de fácil execução técnica e baixos custos finais, é também significativa para o nosso perfil de curso. Nos anos seguintes, sigo reorientando meus estudos a alguns pensadores e pensadoras da arquitetura na América Latina convergentes com todo esse arcabouço, como Marina Waisman e Roberto Segre. O resultado é um projeto político-pedagógico no qual o canteiro experimental, pautado pelo saber-fazer, integra o conjunto de disciplinas obrigatórias, assim como “políticas públicas de habitação”, “práticas participativas em arquitetura e urbanismo”, “história da casa e da habitação”. Em pelo menos três semestres os ateliers integrados versam obrigatoriamente sobre a moradia, sendo um deles voltado para a assessoria técnica. Ainda compõem o curriculum obrigatório diversas disciplinas voltadas para a arquitetura e cidades latino-americanas e, como optativas, arquiteturas e cidades africanas, arquiteturas indígenas, afro-latinas e estudos de gênero e raça voltados para a arquitetura e as cidades.

Óbvio que existem diversas limitações e problemas para a implantação do curso, especialmente por conta da precarização na expansão do ensino superior do país, que além disso, tem sofrido imensamente com os cortes orçamentários do Governo Federal dos últimos anos. Lamentavelmente, este cenário não apresenta sinais de melhora, pelo contrário. A Emenda Constitucional 95, aprovada ano passado, e a reforma administrativa conforme está sendo pautada pelo parlamento, têm como agenda o desmonte do serviço público e, no caso do ensino superior, a sua privatização. Portanto, as lutas que enfrentamos todos os dias não dizem respeito apenas à energia dispensada para dar conta dos desafios epistemológicos que vimos propondo, mas também, em grande parte, para conseguir manter, no país, o ensino (e a pesquisa) público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado.

A sua produção acadêmica e atuação política na universidade e fora dela estão em grande medida imbricadas com as questões feministas. Para você o feminismo é uma ferramenta contra o patriarcado-racista-capitalista. Desta maneira, você tem aberto um diálogo singular nas suas ações de docência por meio de projetos que valorizam a visibilidade

das mulheres e outros grupos marginalizados. Como a sua prática tem contribuído para pluralizar saberes e corpos frequentemente subalternizados pela academia e pela sociedade?

Uma primeira questão fundamental para ampliar a visibilidade das mulheres na arquitetura é, a meu ver, aumentar maciçamente o repertório dos e das estudantes sobre arquitetas mulheres. Defendo que é altamente necessário, ademais, a inclusão de uma perspectiva feminista em arquitetura por expandir as possibilidades de um desenho de espaço e de território mais inclusivos para mulheres, crianças, idosos/as e, digamos assim, dos “corpos desviantes”, todos aqueles refutados pelo capitalismo e o desenho espacial a ele atrelado. Nas minhas aulas no início do ano letivo costumo pautar esta temática, apresentando um desafio simples: peço que alguém apresente o nome de dez mulheres arquitetas de qualquer país ou época. Nunca nenhuma turma, nem auditório cheio, ninguém conseguiu fazer isso! Quando, em um segundo momento, pergunto sobre arquitetas ou arquitetos negros, é pior ainda. Por outro lado, em menos de um minuto sempre tem uma relação prontinha com dez arquitetos homens, brancos... Isso diz muito sobre nossas referências! Por este motivo tenho vindo a inserir nas aulas sempre um repertório de arquitetas mulheres atuantes desde o início do modernismo. Não é fácil, sobretudo se o recorte for a América Latina. Se tem escassez de material sobre as arquitetas em geral, as latino-americanas, por sua vez, são completamente esquecidas. Com muito esforço – e orgulho – conseguimos, junto aos alunos e alunas, montar uma exposição só com arquitetas latino-americanas pioneiras do modernismo, apresentada durante o “I Encontro Internacional do MALOCA”, ocorrido em 2017.

Todavia, a presença das arquitetas é uma pequena vertente da questão porque quem debate representação sabe que não é o fato de ser mulher que garante uma boa produção arquitetônica. Mas, o contrário não é verdadeiro: o fato de não conhecermos as mulheres arquitetas não significa que elas não contribuam imensamente para a nossa área.. Também não se trata de identificar uma “arquitetura de mulheres” ou uma “arquitetura feminina” como já perguntaram em sala de aula. Trata-se de descortinar as colaborações apagadas pela história, visando compreender

o sistema de clivagem que oculta nomes como Marion Griffin, Jane Drew, Margarete Lihotzky, Lilly Reich, Ítala Fúlvia, Carmen Córdova, Luisa Dehesa e tantas outras. É assustador que, apenas em 2019, Rosa Kliass tenha sido a primeira mulher a receber o Colar de Ouro, mais importante condecoração do IAB [Instituto de Arquitetos do Brasil], existente há mais de cinquenta anos. Quando o prêmio surgiu, em 1967, Carmem Portinho já tinha sido a primeira urbanista brasileira, a primeira diretora de habitação popular da capital federal e estava à frente da escola brasileira de design naquela altura. Mina Klabin já tinha revolucionado o paisagismo com o uso dos mandacarus e da flora nativa, desde os anos 1920. Lina Bo Bardi já tinha feito o MASP [Museu de Arte de São Paulo]. Estas arquitetas não mereciam ter sido premiadas? Por que não foram? O sexismo chega a ser vergonhoso na área...

Com o objetivo de reverter esse cenário, é válido mencionar que nossa insistência no debate transversal da questão de gênero/sexualidade em várias dimensões do ensino tem trazido um saldo bastante positivo junto ao alunado, que voluntariamente tem optado pelo tema em seus trabalhos. Só para ficar em um exemplo, vou destacar os vídeos “Arquiteturas contemporâneas em Peru: dicotomias entre o visível e o invisível” e “México desde dos frentes”, trabalhos elaborados para a disciplina “Arquiteturas Latino-Americanas”. Em um enunciado sobre arquitetura contemporânea, foi espontânea a escolha dos grupos em tratar invisibilidade das mulheres. Os TCCs também são uma amostra de como o ensino pode colaborar para uma perspectiva feminista na atividade projetiva. Gostaria de mencionar três deles, os quais orientei ou co-orientei. No trabalho “Kuña Paraguai roga: una perspectiva feminista para el albergue de la Universidad Nacional del Este/PY”, Ruth Cañate, propõe uma moradia estudantil cujo projeto seja inclusivo para as mulheres com crianças, visando acolher a maternidade, um dos principais motivos para evasão feminina do ensino superior. A proposta apresentada por Maicon Rugeri relaciona espaço rural, arquitetura e gênero, demonstrando como o modernismo se torna hegemônico e coloniza o gosto popular, a ponto de pessoas de pequenas localidades rurais construir suas casas novas, brancas com planos de vidro. No meio da terra roxa do interior do Paraná é responsabilidade das mulheres manter a “brancura” dessa arquitetura, por isso o nome de seu trabalho é “Casa

branca, terra roxa: modernidade, espaço rural, arquitetura e suas relações de gênero”. O terceiro TCC que trago, é o estudo do Mateus Garcia sobre os problemas nos projetos de banheiros públicos, que facilitam ou induzem à violência contra os corpos e expressões dissidentes das Drag. Por meio de uma “etnografia caminhante”, ele mostra como a prática projetiva está imersa em relações de poder e como as opressões e violências de gênero e sexualidade se materializam no projeto arquitetônico.

Por fim, queria chamar atenção para o seguinte: embora no Brasil estes temas sejam muito recentes, eles já vêm sendo enfrentados há muitas décadas pelas companheiras de profissão que nos antecederam. Jane Drew, na Inglaterra dos anos 1930, abriu um escritório só para mulheres, pois percebeu o quanto as arquitetas tinham dificuldades em conseguir trabalho – sequer para as entrevistas elas eram chamadas. Denise Scott-Brown escreveu “Sexism and the star system in architecture” no início da década de 1970, registrando denúncias gravíssimas das dificuldades, discriminação e assédios enfrentados pelas arquitetas, inclusive, usurpação de créditos nos trabalhos. Desde então, feminismo e arquitetura têm sido tratados na produção acadêmica nos EUA, país com maior produção sobre o tema, que, no entanto, não está isenta de outras clivagens, pois não trata das arquitetas latino-americanas. No Brasil, apesar de o debate ser mais tardio, tampouco é de hoje. É preciso reconhecer o trabalho de Ana Gabriela Godinho, que praticamente solitária trouxe o debate para área, nos anos 1990.

Não apenas as arquitetas existem há muito tempo, como a problematização da área a partir do feminismo também tem décadas. Contudo, foi nos últimos anos, talvez devido às redes sociais, talvez devido à presença de uma juventude feminista nas universidades, que o debate tem se organizado mais e com resultados efetivos em termos de enfrentamento e de propostas, inclusive, projetiva. Mas, trazer o debate para o ensino, de forma organizada, não é tarefa fácil, dada ainda a grande escassez de livros sobre a temática. Esse é um desafio para todas e todos, que felizmente, na UNILA, temos podido enfrentar de bom grado e com ampla adesão estudantil.

Você aponta uma série condições e desafios impostos às mulheres na academia, tais como jornadas extenuantes de trabalho, a parentalidade exclusiva, salários menores, assédios, dentre outras assimetrias. Neste sentido, o trabalho político de organização das mulheres na luta sindical nos parece urgente. Você pode nos elucidar a importância do feminismo e suas contribuições para a organização do movimento sindical e como tem sido presidir um sindicato docente a partir da perspectiva feminista?

Como já afirmei, o feminismo orienta minha práxis nas várias dimensões da vida, seja na docência, em casa ou na luta política organizada, via sindicato. Eu assumi a presidência da seção sindical do sindicato nacional docente na UNILA em 2018. Anteriormente, integrei a gestão como secretária-adjunta e fui parte ativa do movimento docente que organizou o sindicato aqui na Universidade. Dez anos atrás, em Portugal, quando integrei a direção da APEB, demos bastante centralidade para o debate sobre as brasileiras, devido aos enfrentamentos cotidianos a que as mulheres eram submetidas no contexto português. Na SESUNILA [Seção Sindical do Andes na UNILA], não poderia ser diferente. Com muita clareza afirmamos que não é possível análises de conjuntura que insistam em subalternizar as lutas antipatriarcais e antirracistas, uma vez que a exploração do trabalho na América Latina tem gênero, sexualidade e cor. Nessa estrada, diversas parcerias afetivas e militantes têm sido essenciais. Ano passado publiquei um artigo com a Francieli Rebelatto, na revista Universidade e Sociedade, justamente sobre a importância do debate feminista para o movimento sindical, no qual apresentamos uma pouco essa perspectiva da nossa seção sindical.

Desde o último período eleitoral, a guinada ultra-conservadora mostrou, com cada vez mais intensidade, a necessidade do enfrentamento de gênero em diversos âmbitos. O feminismo, a educação, a ciência e a cultura são, aliás, os “inimigos” centrais do atual governo. Nesse contexto, tivemos que vir a público, enquanto sindicato, defender docentes nas suas atividades acadêmicas usuais relacionadas à luta das mulheres, como foi o caso das ameaças sofridas pelas organizadoras da atividade “Corpo, Arte e Política” – não por coincidência, no mesmo momento em que avançava o projeto da “Escola sem Partido” em Foz do Iguaçu, finalmente sepultado

pelo STF. No mesmo período, conseguimos organizar a marcha #elenão, que foi uma das maiores manifestações de rua da cidade – uma vitória em se tratando do interior do Paraná. Na marcha destacamos os principais motivos pelos quais as mulheres não deveriam votar no candidato misógino e racista à presidência da república. Nos dias seguintes, no contexto nacional, de modo muito equivocadamente diversas vezes em todo o Brasil – de homens – estavam culpabilizando as mulheres pela subida do então candidato Jair Bolsonaro nas pesquisas eleitorais. Os argumentos giravam em torno do quanto a marcha #elenão teria aumentado a visibilidade do candidato, colocando na nossa conta mais esta aberração política! As mulheres da SESUNILA se manifestaram fortemente contra este tipo de reflexão política, expondo a dificuldade das esquerdas, até hoje, em avaliar a conjuntura em toda a sua complexidade. É tão usual quanto irritante a facilidade preguiçosa com que essas análises ignoram o fato da democracia, além de ser uma construção historicamente burguesa, é masculina, branca e heterossexual.

Seguramente por isso, ano passado nos motivamos a organizar um curso de formação política sobre feminismo, registrado no Caderno SESUNILA n.02, dossier “Feminismos e Emancipação”. Ainda, no bojo da luta



Foto: Néle Azevedo. Monumento Mínimo. Santiago, Chile. 2012.

contra a reforma da previdência, produzimos um folheto mostrando como as mudanças teriam forte impacto para as mulheres trabalhadoras. Em 2020, abrimos o ano letivo com uma campanha contra o machismo na universidade. Foram coletadas diversas frases machistas do cotidiano da nossa comunidade acadêmica, as quais divulgamos sob o mote “saiba que é machismo”. Assim por diante a luta contra o patriarcado é uma constante nos nossos enfrentamos.

Vale a pena realçar outro aspecto da nossa atuação a partir do sindicato, que julgo ser pertinente ao debate. Temos insistido bastante na intersecção gênero-sexualidade-raça-classe-estética na luta contra o capital, compreendendo a produção estética como central para a transformação social. Não apenas estamos em um momento histórico em que a disputa de narrativas está posta, como são quinhentos anos de produção de subjetividades pautadas pela modernidade/colonialidade. Sob esta perspectiva, considero condição sine qua non incorporar à práxis, a dimensão estético-cultural-político. Se todo ato humano é um ato político, toda arte é uma arte política! Na SESUNILA o feminismo tem sido uma das portas de entrada para a construção dessa dimensão estético-cultural-político, que temos avançado em torno da comunicação e arte, enquanto projetos políticos. Isto se dá devido, principalmente, aos diversos desafios, seja no âmbito do fazer – das mulheres artistas usualmente invisibilizadas, seja nos modos de representar o corpo feminino em diferentes expressões da linguagem, que muitas vezes, atravessados pelo patriarcado, aprofundam a objetificação e desumanização das mulheres. A arte e a produção de sentidos, querendo ou não, estão fortemente ligadas à luta de classes, na medida em que a classe trabalhadora além de gênero e cor, tem sensibilidades, as quais estão permanentemente em disputa. Temos vindo, conseqüentemente, a defender um aprofundamento nos debates sobre comunicação e arte sindicais, construindo um caminho em favor da arte militante, aquela que denuncia e sensibiliza, agrega e organiza a classe trabalhadora, como é o caso da indissociabilidade entre arte e política característica do movimento Zapatista no México.

Nessa direção, comemoramos o centenário da Revolução Russa com o evento “A revolução russa e as mulheres”, que incluiu exposições, exibição de filmes e debate sobre mulheres, arte e resistência. Foi um desafio enorme

de pesquisa e organização de material e também uma inovação, optar por mostrar a participação das mulheres no processo revolucionário. Para a exposição selecionamos cartazes soviéticos concebidos por mulheres artistas gráficas da URSS. Ambos os filmes projetados foram dirigidos por mulheres, acompanhados de uma roda de conversa composta só por mulheres de distintas áreas do conhecimento. No ano seguinte, com o mesmo intuito de valorização do trabalho das mulheres, logo após as eleições nacionais, a SESUNILA promoveu o ciclo de cinema “Lute como uma garota”, com a exibição de filmes protagonizados ou produzidos por mulheres. Em paralelo, num exercício de síntese visual do debate político, temos vindo a ilustrar ou fazer referência nos cartazes das atividades, a obras de artistas mulheres, especialmente da América Latina, adicionando mais um recorte – o geográfico – nesse emaranhado de sobreposição das opressões.

Ou seja, a gente tem trabalhado pela valorização da produção artística e intelectual das mulheres, sobretudo das latino-americanas e das mulheres negras, na medida em que reconhecemos que isolar as categorias de análise é nitidamente insuficiente. O pensamento decolonial o tempo todo nos lembra da geopolítica do conhecimento e, eu diria, da geopolítica na formação das subjetividades. De igual modo, o faz o materialismo histórico dialético, nos obrigando constantemente a partir da realidade concreta, que sabemos, é imersa nas determinações históricas, que são ao mesmo tempo sociais, políticas e culturais. Embora esteja sempre implicada, estou convencida de que faz falta uma maior centralidade da dimensão cultural para uma práxis mais assertiva. Defendo, portanto, que práticas artísticas e problematizações da produção do sensível são caminhos fundamentais de articulação destas lutas com a disputa pelo imaginário da classe trabalhadora e para, inclusive, possamos vislumbrar possibilidades de mundo fora do patriarcado-racista-capitalista.

Andréia, você destaca o lamentável papel que a arquitetura e o urbanismo têm se prestado como porta vozes do capitalismo verde, o qual com base num discurso falacioso de sustentabilidade ambiental, econômica e de qualidade de vida, vende um imaginário de cidades forjadas em projetos urbanos de grande envergadura e escala, mas que seguem as

riscas da exclusão e higienização. Podemos pensar uma arquitetura e um urbanismo feministas para um contexto contemporâneo latino-americano para um enfrentamento ao capitalismo verde?

São muitas questões nessa pergunta, inclusive uma conexão entre correntes do feminismo e o capitalismo verde, que não são necessariamente contraditórias. O feminismo liberal, por exemplo, que não trabalha com a superação do capitalismo, converge bastante bem com o falacioso capitalismo verde, com o bizarro ecocapitalismo... Por este motivo é importante sempre reforçar que o horizonte de superação é do patriarcado-racista-capitalista. Ano passado coordenei, pela SESUNILA, um curso de formação para professores e professoras da rede municipal de ensino, numa parceria com o sindicato municipal. O curso tinha por objetivo propiciar ferramentas às professoras e professores para uma análise crítica sobre ambiente e sociedade, tema cada vez mais atual e relevante, sobretudo no contexto de pandemia que atravessamos. Buscamos usar nas aulas noções do senso comum, como desenvolvimento e sustentabilidade, para desconstruí-las e mostrar a contradição implícita nos termos da moda como “capitalismo verde”, acompanhado pelos “*greenwashing*” e “*socialwashing*” das empresas e corporações. Na minha aula, em específico, problematizei o que é tecnologia (e o que não é) conforme consolidado pela modernidade-colonialidade, mostrando que soluções construtivas simples e populares são, frequentemente, adaptáveis ao clima, aos materiais disponíveis localmente, de baixo custo e de pouco impacto ambiental. Para amparar o debate na experiência cotidiana dos e das presentes, usei material de uma pesquisa que fizemos na região e que resultou na cartilha “Morar na Barranca: habitação, desenvolvimento territorial e tecnologia social na região trinacional”. A questão ambiental foi um dos principais eixos daquele trabalho, na medida em que levantamos diversas soluções populares para a moradia na fronteira, com atenção especial para as áreas de risco de inundação. Foi com base nesse material que valorizamos o saber-fazer local e desconstruímos as noções de tecnologia, progresso, desenvolvimento ou sustentabilidade, todas fagocitadas pelo capital.

O impacto ambiental, a exploração e as condições precárias de trabalho são próprios do capitalismo, que opera como detentor do direito

de dominação tanto da natureza quanto da classe trabalhadora. Ainda, a destruição da natureza implícita no modelo produtivo capitalista tem atingido de maneiras extremamente diversas os países e comunidades. Comumente, os crimes ambientais, as contaminações, as condições de trabalho sem segurança e degradantes estão nos países pobres. O descaso com a infraestrutura e manutenção de segurança que levaram à morte de centenas de pessoas em Brumadinho e em Bento Rodrigues, que devastou o Rio Doce, do interior de Minas Gerais até a foz no Espírito Santo, se dá no Brasil, onde o ônus dessa exploração acontece bem longe de onde são usufruídos os bônus - na Austrália ou na Inglaterra, sede dos acionistas majoritários da Vale. As pessoas pobres mais afetadas pela exploração capitalista e seus impactos têm cor e gênero: são as pessoas negras, indígenas e mulheres. O resultado da violência colonial subjacente à história da ocupação do território na América Latina leva, portanto, a que as áreas de risco sejam povoadas majoritariamente pela população não-branca e, desse grupo, as mais atingidas são as mulheres.

Similarmente, há uma desvalorização das tecnologias construtivas não normatizadas, aquelas produzidas fora dos desígnios da ciência moderna, cujo saber-fazer é passado de geração em geração. A racionalidade cognitiva-instrumental da ciência sob os auspícios da modernidade/colonialidade monopoliza o debate sobre tecnologia com implicações devastadoras na sua convergência com a exploração capitalista. Também a formação da América Latina, sob estes termos, definiu as subjetividades, narrativas históricas, juízos de valores, enfim, todo um arcabouço que segue até hoje como justificativa para o genocídio da população negra ou da população indígena, para a espoliação da natureza e para o feminicídio. Junto com o patriarcado, que há milhares de anos subjuga as mulheres, o racismo será estruturante para o desenvolvimento e consolidação do próprio capitalismo. Não é casual, como já mencionei, que diversos governos nacionais acolham o concreto armado como sistema construtivo preferencial na segunda metade do século XX, o qual acarreta toda a implementação de uma estrutura econômica, produtiva e lobista, vinculada às elites nacionais. No caso do Brasil, o historiador Pedro Campos, em seu doutorado, demonstrou o vínculo indiscernível entre empreiteiras e o governo brasileiro, desde o período de Juscelino Kubitschek, apontando

como a indústria do concreto, as empreiteiras e a ditadura militar montaram fortes esquemas de corrupção envolvendo dinheiro público e grandes obras encomendadas pelo Estado. Nessa equação, entendemos que o modelo produtivo que se materializa no território é um aspecto relevante. Ao mesmo tempo, é preciso compreender como a tecnologia, ciência e industrialização estão submetidos ao capitalismo, cuja exploração, por sua vez, atinge com mais intensidade a classe trabalhadora dos países dependentes e, mais ainda, nesse grupo, as pessoas negras, indígenas e mulheres.

A almejada transformação da sociedade, com a superação do patriarcado-racista-capitalista e consolidação de uma outra relação com a natureza, só será completa se fizermos uma revisão cognitiva radical da tecnologia. É extremamente necessário questionar a racionalidade tecnológica capitalista, pois não bastam mudar os meios de produção e a propriedade, sem que a tecnologia seja cognitivamente repensada e o “resíduo capitalista” da tecnologia combatido, conforme aponta Renato Dagnino. Por mais que reconheçamos os avanços tecnológicos da antiga União Soviética ou da China contemporânea, por exemplo, a racionalidade implicada nessa produção, mesmo em países não capitalistas, parece continuar reproduzindo condições bastante precárias de trabalho e de exploração da natureza. Dito de outra forma, precisamos construir historicamente condições para que estas formas de produção possam vir a ser superadas, sem negar a contribuição que os processos revolucionários no século XX já aportaram e tomando em conta as implicações de gênero-raça-classe nessa imprescindível revisão cognitiva da tecnologia. Operar em termos de “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, “selo verde”, “ecocapitalismo” e outras maquiagens que apenas alargam os limites do capitalismo, está na contramão do enfrentamento necessário. Afinal, o capitalismo não é e nem nunca será verde!

Em que se pese uma atuação crítica da arquitetura e do urbanismo, é no canteiro de obras que fica mais evidente uma série de problemas sociais decorrentes do capitalismo, como a exploração da força de trabalho, majoritariamente negra no país, que você tem debatido. Como os canteiros experimentais do curso na UNILA têm tensionado a hierarquia

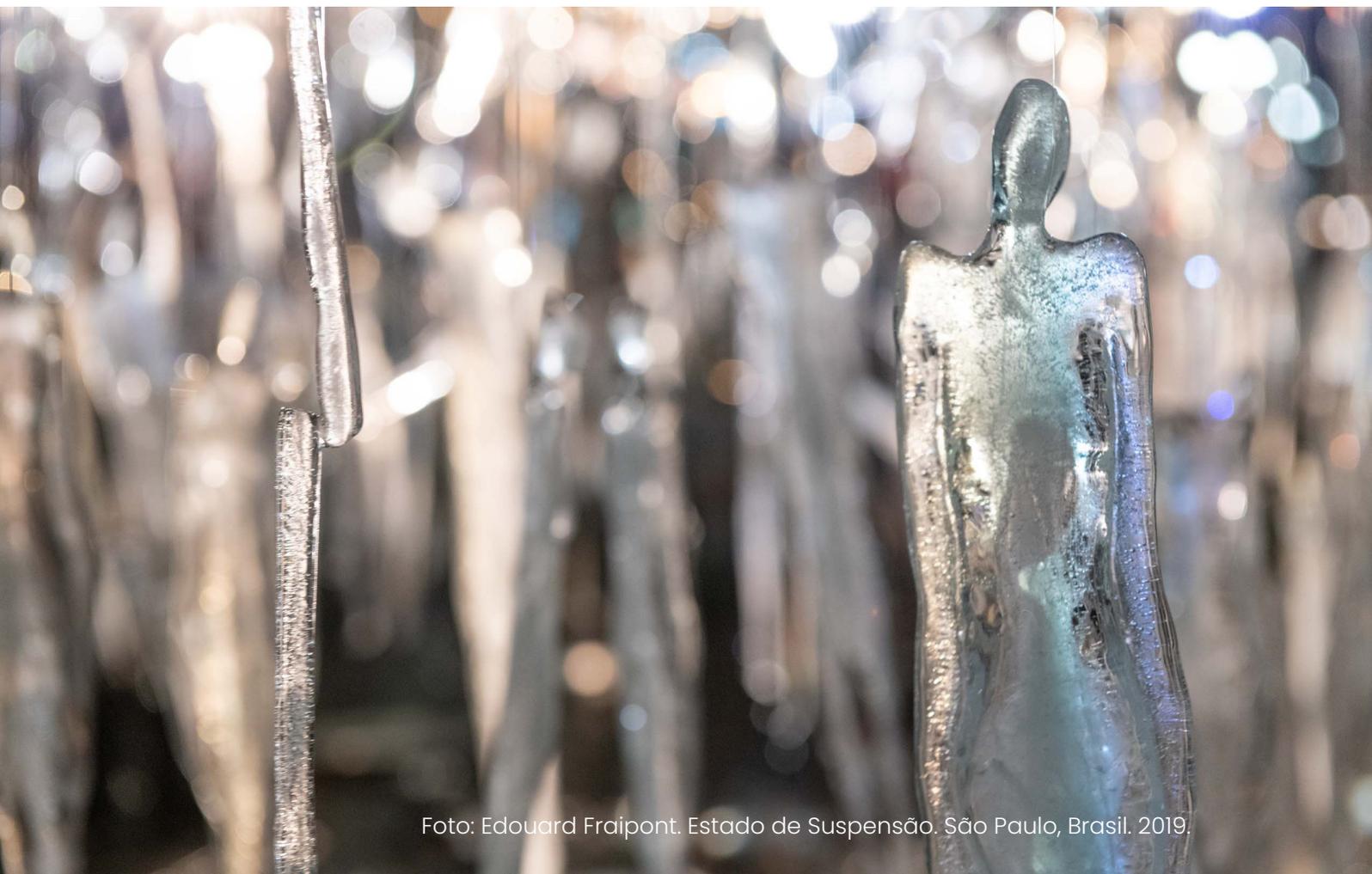
entre arquiteto(a) e operário(a) e como podem contribuir para uma formação crítica aos meios de produção e do papel ético, político e social do/a futuro/a profissional?

Julgo que as questões mais específicas ligadas à prática docente nos canteiros experimentais sejam feitas aos/às docentes dessas disciplinas, que não é o meu caso. Eu fui responsável por conceber, no currículo do curso, o debate do canteiro e do saber-fazer como componentes obrigatórias, o que foi uma novidade. Em muitas escolas, o canteiro experimental ou é atividade optativa ou inexistente mesmo. De qualquer maneira, me interessa uma perspectiva crítica sobre tecnologia e sobre o seu ensino, como pude debater no artigo “Descolonizando o ensino de estruturas em Arquitetura”, em co-autoria com o Gabriel Cunha. Com base na nossa experiência didática, refletimos sobre ensino tradicional de estruturas e sua inadequação à formação em arquitetura e urbanismo, apontando possíveis caminhos alternativos. O ponto central do nosso argumento é a inadequação de pautar-se o ensino de estruturas por metodologias didáticas verificativas abstratas, assentes demasiada ou exclusivamente em cálculos matemáticos, em detrimento de uma metodologia mais intuitiva, características do canteiro experimental. Esse modelo de ensino tem por pressuposto a universalidade e neutralidade da ciência, assente exclusivamente em cálculos matemáticos, bastante adaptáveis ao capital. No artigo explorei possibilidades de convergência no ensino de tecnologia com as disciplinas ditas “teóricas”, mostrando alguns trabalhos reunidos em duas exposições: “Arquitetura e Recursos Naturais: Tipologias Construtivas na América Latina” e “Outra(s) Arquitetura(s): os povos e suas tecnologias construtivas”. A primeira fez um panorama do repertório tipológico latino-americano, com foco nas técnicas construtivas não dominantes, realçando a diversidade construtiva do subcontinente. Para a segunda exposição, foram elaboradas maquetes e cartazes sobre as soluções habitacionais adotadas por distintos povos, que empregaram técnicas e materiais construtivos profundamente enraizados em seus territórios, tais como a moradia xinguana; os mudhaf do Iraque ou a moradia quilombola. Ambas exposições apontaram possibilidades indubitáveis de intersecção entre história da arquitetura e tecnologia, comumente separadas - e muitas

vezes antagônicas - nas matrizes curriculares dos cursos.

Vimos fazendo já há alguns anos estas aproximações. No âmbito do MALOCA, grupo de pesquisa que coordeno, organizamos, em 2018, a “II Jornada Ciência, Tecnologia e Sociedade”. Buscando aproximar arquitetura a vertentes críticas do pensamento latino-americano, propusemos que encontro tivesse como eixo temático a “geopolítica do conhecimento, dependência e colonialidade na América Latina”. Recentemente registrei minhas reflexões decorrentes da jornada no texto “De que lado a arquitetura está? Reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais”, no qual proponho diversas aproximações teóricas para mostrar o quanto a escolha tecnológica hegemônica para a construção civil tem colaborado, no país, para manter a exploração do trabalho nos canteiros de obra, majoritariamente formada por homens negros. Creio que é um dos únicos trabalhos no país a alinhar tecnologia construtiva e racismo.

Em outras palavras, uma compreensão crítica da tecnologia, particularmente, do seu ensino, faz emergir a questão sobre a sua finalidade, isto é: a qual projeto de sociedade deve servir a tecnologia? O saber científico supostamente objetivo e neutro subsidia a formação de técnicas mais voltadas ao aumento da eficiência e da eficácia, segundo padrões



da produtividade capitalista e, cada vez menos, afeitas à reflexão crítica destes próprios padrões. Lembremos que o Marco Legal da CT&I [Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação], aprovado em 2016, intensifica este cenário, alterando drasticamente a forma de produzir e socializar conhecimento no país. O avanço contundente dos valores de mercado em diversas dimensões da vida e a ausência da perspectiva crítica no debate da área tem colaborado para a sua instrumentalização a serviço do capital. Não é casual, portanto, desde que o governo de ultra direita assumiu, uma supervalorização das ciências exatas, nomeadamente as engenharias e novas tecnologias, em detrimento das humanidades.

Em meio a todo estresse da pandemia e da crise política que assola o país, seguem-se as reduções ostensivas das verbas para pesquisa, nas quais as ciências humanas são o alvo preferencial. Em março, mais um corte atingiu as bolsas da CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. Em finais de abril, nenhum curso de humanas foi contemplado em edital do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]. Vivemos um cenário de trevas e retrocessos duríssimos. Nesse contexto, o lugar historicamente ambíguo da Universidade na luta de classes está em evidência, pois a mensagem do capital é certa: ou se adequa totalmente aos auspícios do mercado ou será destruída. É urgente, então, como reforcei no meu último artigo, uma tomada clara de posição tanto da produção intelectual em geral quanto de nossa área, em específico. Não há tempo para titubeios e falsas neutralidades, muito menos no debate sobre tecnologia.



Foto: Eduard Fraipont. Estado de Suspensão. São Paulo, Brasil. 2019.

SOBRE A COORDENAÇÃO EDITORIAL DO BOLETIM

José Márcio Barros

Atua como professor e pesquisador do PPG Artes da UEMG e do Pós-Cultura da UFBA. Atua nas áreas das Políticas Culturais, Gestão Cultural, Diversidade Cultural e Processos de Mediação. Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural.

Ana Paula do Val

Atua como gestora cultural, professora, pesquisadora, artista, arquiteta e urbanista e integra os grupos de pesquisas do Observatório da Diversidade Cultural e do Maloca. Mestre em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo, especialista em Políticas Públicas para América Latina Clacso e em Cultura e Comunicação pela Universidade Paris VIII. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Fundação Armando Álvares Penteado e em Artes Plásticas pela Schule Belletristik.

Flávia Landgraf

Atua com produção e gestão cultural, em pesquisas no campo das políticas culturais, integra os grupos de pesquisa do Observatório da Diversidade Cultural. Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia, especialista em Gestão de Projetos Culturais e graduada em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo.

Jocasta Holanda

Atua como produtora cultural na Universidade Federal do Ceará e integra o grupo de pesquisa do Observatório da Diversidade Cultural. É Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Gestão e Políticas Culturais pela Universitat de Girona e Observatório Itaú Cultural.

SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Observatório da Diversidade Cultural (ODC) é uma organização não-governamental integrada a um grupo de pesquisa, que desenvolve projetos e ações de formação, investigação, difusão de informações e consultoria.

Os objetivos centrais são produzir e difundir informação qualificada, desenvolver pesquisas que gerem conhecimento crítico, realizar processos de formação e prestar consultoria no campo interdisciplinar da proteção e promoção da diversidade cultural e suas interfaces com as políticas culturais, gestão cultural, processos de mediação, memória e patrimônio, educação, saúde, meio ambiente etc.

Com sede em Belo Horizonte (MG), a ONG atua de forma presencial e virtual em diversos territórios do estado de Minas Gerais e de outros estados brasileiros. O grupo de pesquisa é integrado por pesquisadores de diferentes instituições como UEMG, PUC Minas, UFBA e UFC, que atuam nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Ceará.

Coordenado desde sua fundação pelo Prof. Dr. José Márcio Barros, em 2010, o ODC foi reconhecido internacionalmente como uma das melhores práticas em promoção da diversidade cultural pela comissão alemã da UNESCO.

DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

Formação

Realização de seminários, oficinas e cursos de curta e média duração integrados ao Programa Pensar e Agir com a Cultura, com o objetivo de formar e capacitar gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes e lideranças culturais, pesquisadores, comunicadores e interessados em geral por meio de metodologias reflexivas e participativas.

Pesquisa

Desenvolvimento de pesquisas e realização de diagnósticos e mapeamentos utilizando-se de metodologias qualitativas e quantitativas referentes a processos de gestão cultural, construção de políticas culturais, práticas culturais etc.

Informação

Produção e disponibilização de informações focadas na diversidade cultural e seu amplo espectro de existência e diálogo, por meio da publicação de livros, edição de boletins, manutenção de um portal informativo e de uma política de difusão nas redes sociais.

Consultoria

Prestação de consultoria para instituições públicas, empresas e organizações não governamentais, no que se refere às áreas da Cultura, Diversidade e Gestão Cultural.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Programa Pensar e Agir com a Cultura / Curso Desenvolvimento e Gestão Cultural – 2003 a 2020 responsável pela formação e capacitação de mais de 3.000 pessoas;
- Portal Observatório da Diversidade Cultural (www.observatoriodadiversidade.org.br);
- Boletim ODC com 86 edições lançadas;
- Pesquisa “Mapeamento da Diversidade Cultural em Belo Horizonte” (2011-2013);
- Pesquisa “Arte, gestão cultural e território: desafios para a promoção da diversidade em equipamentos culturais públicos em Minas Gerais e Bahia” (2018-2020);
- Seminário Diversidade Cultural – 07 edições entre 2005 e 2014 e uma em 2020;
- Participação na Comissão de elaboração do relatório quadrienal do Brasil de monitoramento da Convenção da diversidade para a UNESCO;
- Publicação de 5 livros e inúmeros artigos.



Foto: Néle Azevedo. Monumento mínimo: arte como emergência. São Paulo, Brasil. 2016.